



PLANO NACIONAL DE PROMOÇÃO DAS CADEIAS DE PRODUTOS DA SOCIOBIODIVERSIDADE - PNPSB

PRODUTO II - Sistematização das Propostas do Governo Federal e Parceiros, na Forma de um Plano de Ação, voltado para a Cadeia Produtiva da Castanha do Brasil

ROBERTA MARINS DE SÁ

Outubro/2009

Apoio:  **Conab**

Ministério do
Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Ministério do
Meio Ambiente

Ministério do
Desenvolvimento Agrário



Sumário

Sumário	2
DADOS CADASTRAIS	5
APRESENTAÇÃO DO OBJETIVO DO PRODUTO EM QUESTÃO	5
RESULTADOS ESPERADOS EM RELAÇÃO AO PRODUTO.....	6
METODOLOGIA UTILIZADA.....	6
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO PERÍODO	7
APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO	8
Histórico	8
Plano de Ação para Promoção da Cadeia da Castanha do Brasil.....	9
Deficiência nos Serviços de Apoio em Todos os Elos da Cadeia.	10
Baixa Capacidade Organizativa da Cadeia.....	11
Baixa Oferta de Produto com Qualidade	12
Apoio à Comercialização	13
Dificuldade de Acesso à Castanha e Vulnerabilidade dos Estoques Naturais.....	14
Pontos Focais para a Cadeia da Castanha do Brasil	15
Representantes dos Governos Estaduais	15
Organizações dos PCTAFs.....	16
Câmara Setorial da Cadeia da Castanha do Brasil.....	17
Proposta de Gestão da Cadeia da Castanha do Brasil.....	19
ANEXOS	21
WORKSHOP CASTANHA-DO-BRASIL - RESUMO EXECUTIVO	21
Introdução	21
Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade - PNPSB..	21
Objetivos do Workshop.....	24

Programação do Workshop.....	25
Processo Metodológico.....	28
Desafios para a Implementação do Plano.....	28
Trabalhos em Grupo.....	31
Encaminhamentos.....	40
Lista de Participantes do Workshop da Castanha-do-Brasil	42
MEMÓRIAS DAS REUNIÕES DE COORDENAÇÃO DO PNPSB	49
Reunião da Coordenação Plano 26/06/2009	49
Reunião da Coordenação do Plano 01/07/2009	55
Reunião da Coordenação do Plano 21/07/2009	59
Reunião da Coordenação do Plano 13/08/2009	64
MEMÓRIAS DAS REUNIÕES DE EQUIPE TÉCNICA DO PNPSB	68
Reunião da Equipe Técnica 15/07/09	68
Reunião da Equipe Técnica 17/08/09	71
Reunião da Equipe Técnica 29/09/09	72
REUNIÕES BILATERAIS E TÉCNICAS DO PNPSB.....	74
Grupo de Trabalho Interministerial – Subvenção Direta	74
Reunião Bilateral PNPSB e UNICAFES.....	76
Reunião sobre Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)	78
Minuta de Portaria para Substituição Temporária da DAP.....	81
Reunião PNPSB e Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas (CGAC/MAPA).....	83
CÂMARA SETORIAL DA CADEIA DA CASTANHA DO BRASIL	85
Modelo de Carta Consulta.....	85
Cartas Consulta Enviadas	87
Respostas às Cartas Consulta	90
Minuta da Portaria	97
Nota Técnica para a Publicação da Portaria.....	101

Proposta de Estrutura de Gestão da Câmara Setorial da Cadeia da Castanha – em discussão	103
Diálogo com Setor Empresarial – Proposta de Seminário	104

DADOS CADASTRAIS

PROONENTE Roberta Marins de Sá		CPF 145.880.918-83			
TERMO DE REFERÊNCIA Nº 132012		Nº DO CONTRATO 2009/000664			
ENDEREÇO: Rua 30 Norte, Lote 3, Ed. Milena Baqui, Apto 905 – Águas Claras					
CIDADE Taguatinga					
UF DF	CEP 71918-180	DDD/TELEFONE (61) 3964-7379 (61) 8157-2556			
Conta Corrente nº 23626-8	Banco Brasil	Agência 1273-4	e-mail roberta.sa@mda.gov.br		

APRESENTAÇÃO DO OBJETIVO DO PRODUTO EM QUESTÃO

De acordo com o Termo de Referência nº 132012 do Projeto PNUD BRA/08/012, ao qual esta consultoria e este relatório estão subordinados, o presente documento é o **Produto II: Relatório contendo a sistematização das propostas do Governo Federal e parceiros, na forma de um Plano de Ação, voltado para a Cadeia Produtiva da Castanha do Brasil com ênfase no fortalecimento dos Povos, Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares.**

O Plano de Ação para a Cadeia da Castanha do Brasil foi apresentado e discutido nas reuniões bilaterais realizadas pela coordenação do Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB) nos estados prioritários para esta cadeia.

No Workshop da Castanha do Brasil, realizado em Brasília entre os dias 15 e 17 de junho de 2009, e posteriormente em reuniões da equipe técnica e coordenação do PNPSB, o Plano de Ação para a Cadeia da Castanha foi validado, foram assumidas as responsabilidades de cada Ministério para a resolução dos gargalos e definida a composição da Câmara Técnica da Castanha do Brasil.

Este documento apresenta o Plano de Ação da Cadeia da Castanha do Brasil, no âmbito do PNPSB e as atividades desenvolvidas pela secretaria executiva do Plano Nacional após o Workshop da Castanha do Brasil, com o intuito de validá-lo e pô-lo em prática.

RESULTADOS ESPERADOS EM RELAÇÃO AO PRODUTO

O primeiro resultado deste produto é a sistematização do Plano de Ação para a cadeia da Castanha do Brasil, no âmbito do Plano Nacional da Sociobiodiversidade (PNPSB). Com isto as ações e atividades necessárias para a promoção desta cadeia da sociobiodiversidade estarão mais claras e será possível estabelecer os próximos passos e promover o acompanhamento destas atividades de forma mais eficiente.

Espera-se também que este produto seja um instrumento de informação sobre as atividades realizadas e se torne uma ferramenta de apoio para tomada de decisões, tanto para a equipe técnica como para a coordenação do Plano Nacional da Sociobiodiversidade (PNPSB).

Este documento também poderá subsidiar, com as devidas adaptações, o trabalho a ser desenvolvido com outras cadeias de produtos da sociobiodiversidade brasileira, tanto no âmbito do Plano Nacional como em outras ações desenvolvidas pelo Governo Federal, Estadual e organizações dos povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares (PCTAFs) e da sociedade civil.

METODOLOGIA UTILIZADA

Conforme o Termo de Referência nº 132012 do Projeto PNUD BRA/08/012, as atividades a serem executados para o desenvolvimento desta consultoria são:

- a) Apoio técnico à Coordenação do Plano Nacional (PNPSB).
- b) Articulação da participação do setor privado na implementação do PNPSB.
- c) Promoção do diálogo com os demais órgãos e entidades federais para elaboração, pactuação e implementação do PNPSB.
- d) Articulação de parcerias com os governos dos Estados, organizações da sociedade civil, setor privado e organizações internacionais para implementação do PNPSB.
- e) Promoção de espaços regionais de diálogo entre os governos estaduais e a sociedade civil para a implementação do PNPSB nos territórios.
- f) Promoção da interação entre a Coordenação do Plano Nacional e os espaços regionais para implementação do PNPSB.
- g) Acompanhamento e avaliação da implementação do PNPSB.

Por se tratar de uma proposta de política inovadora, de articulação e integração de ações junto aos diversos setores envolvidos com as cadeias de produtos da sociobiodiversidade (governo, sociedade civil, setor empresarial, setor de serviços), para a qual não existe uma metodologia pré-estabelecida e validada, a metodologia de trabalho para o desenvolvimento das atividades é determinada pela Coordenação do Plano Nacional (composta pelo MDA, MMA, MDS e CONAB) através de reuniões da Coordenação com a equipe técnica.

A promoção do diálogo e articulação de parcerias com demais órgãos e entidades federais, assim como com a sociedade civil organizada, setor privado e organizações internacionais, no âmbito do Plano Nacional, tem se dado principalmente através de reuniões técnicas bilaterais.

Para o desenvolvimento das atividades específicas que tratam este documento, ou seja, a validação e acompanhamento da implementação do Plano de Ação para a Cadeia da Castanha do Brasil, a Secretaria Executiva do PNPSB, neste caso composta pela secretária executiva (Roberta Marins de Sá) e o consultor da cadeia da Castanha do Brasil (Rodrigo Noleto) participaram de:

- reuniões bilaterais;
- reuniões da equipe técnica e coordenação do PNPSB;
- discussões e articulações por telefone;
- elaboração de documentos.

Apesar da cadeia da Castanha do Brasil estar concentrada nos estados da Região Norte, grande parte das atividades desenvolvidas foram concentradas em Brasília, visto que as instâncias estaduais ainda estão se organizando, representando alguns obstáculos para a interlocução do Plano de Ação nos estados de abrangência.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO PERÍODO

As atividades, relacionadas à cadeia da Castanha do Brasil, desenvolvidas durante o período desde o início da contratação da consultoria até o final do mês de Setembro foram:

- Participação no Workshop da Castanha do Brasil (resumo executivo em anexo);
- Participação em reunião do Grupo de Trabalho Interministerial para Subvenção Direta (PGPMBio) (memória da reunião em anexo);

- Reuniões de Coordenação do PNPSB (memórias em anexo);
- Reuniões da equipe técnica do PNPSB (memórias em anexo);
- Participação nas reuniões técnicas e no grupo de trabalho para discutir o acesso dos extrativistas à DAP - Declaração de Aptidão ao Pronaf. (memória da reunião e minuta da portaria em anexo);
- Reuniões bilaterais do PNPSB para compor a Câmara Técnica Setorial da Cadeia da Castanha do Brasil (memórias em anexo);
- Elaboração de documentos (carta consulta, nota técnica) para composição da Câmara Técnica Setorial da Castanha do Brasil (documentos em anexo);
- Diálogo com o setor empresarial e organização de seminário (programação em anexo).

APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO

Histórico

O Plano Nacional da Sociobiodiversidade foi lançado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 27 de abril de 2009 na cidade de Manaus junto ao público beneficiado, os Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares - PCTAFs.

O Plano de Ação para a Cadeia da Castanha-do-Brasil consiste na estratégia pactuada entre Governo Federal, Estadual e os demais elos da cadeia, sobre as responsabilidades e atividades a serem desenvolvidas para minimizar os gargalos que interferem na promoção dos produtos desta cadeia, com ênfase no apoio aos povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares (PCTAFs).

O Plano de Ação para a Cadeia da Castanha-do-Brasil apresentado a seguir levou em consideração:

- 03 oficinas realizadas em 2008, no Acre e Amazonas, sob coordenação da consultora contratada pelo Ministério do Meio Ambiente, Rocio Chacchi Ruiz;
- Diagnóstico da Cadeia da Castanha do Brasil, realizado no âmbito do Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB), entre Fevereiro e Abril de 2009, pela consultora Rocio Chacchi Ruiz;
- Reuniões bilaterais do PNPSB nos estados prioritários para a cadeia da castanha do Brasil – AC (16/04/09), AM (23/04/09), AP (21/05/09), PA (25/05/09), MT (26/05/09) e RO (28/05/09);
- Workshop da Castanha do Brasil, realizado em Brasília, entre os dias 15 a 17 de junho de 2009 (relatório resumido em anexo);

- Reuniões da secretaria executiva, especificamente o consultor da cadeia da castanha-do-brasil, Rodrigo Noleto, com os gestores dos gargalos (coordenadores e equipe técnica do MDA, MMA, MDS e Conab) e com a equipe técnica do PNPSB;
- Reuniões da Coordenação do PNPSB (memórias em anexo).

Plano de Ação para Promoção da Cadeia da Castanha do Brasil

Deficiência nos Serviços de Apoio em Todos os Elos da Cadeia.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL/ARTICULADOR: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

SECRETARIA DE AGRICULTURA FAMILIAR (SAF) - Departamento de Geração de Renda e Agregação de Valor (DGRAV)

Gargalos identificados	Ações	Resp. Gov. Fed	Atividades Identificadas	Possíveis Parceiros
1. Deficiência nos serviços de apoio em todos os elos da cadeia	1.1 Criar uma Rede de Serviços para Castanha-do-Brasil com ênfase no atendimento aos PCTAFs	MDA	Realização do Encontro da Rede de Serviço.	Entidades de ATER, ONGs, Universidades; GTZ, SEBRAE
	1.2 Adequar infra-estrutura e quadro técnico necessário para a prestação dos serviços, principalmente o de apoio técnico.	MDA	Nova Lei de ATER em trâmite no congresso nacional.	Governos Estaduais, Governo Federal, Entidades de ATER, CEFETs, Universidades
	1.3 Promover a divulgação e apoiar o acesso às políticas públicas - principalmente às de apoio a comercialização (PAA, PGPMBio, PNAE, Pronaf).	MDA/Conab	<ul style="list-style-type: none"> - Alteração de texto do Manual de Crédito Rural e do Manual de Política Agrária; - Reunião de trabalho com representantes do movimento social e outros órgãos do governo para discussão da DAP para populações tradicionais. - Produção de material áudio-visual, principalmente rádio, (recurso no PCT); - Reunião no MDA para traçar uma estratégia de comunicação para o plano - Reunião com CONAB para discutir comunicação conjunta. 	Entidades de ATER, SUREGs, DFDFAs
	1.4 Ampliar, qualificar e coordenar os serviços de apoio a organização produtiva.	MDA	Reunião com DATER antes do encontro da rede de serviço.	Entidades de ATER, SEBRAE, Cooperativas com experiência em gestão
	1.5 Promover ampla campanha de documentação para PCTAFs (<i>documentação civil e DAP por meio de mutirões</i>)	Coordenação	<p>Campanha para identificação e emissão de DAP para PCTAF's.</p> <p>Convênio MMA - MIQCB e CNS para serem órgão emissores de DAP</p>	DFDFAs, Entidades de ATER, Governos Estaduais, Prefeituras Municipais

1.6 Criar um sistema de gestão do conhecimento e socialização das informações	Coordenação	Proposta de Gestão do conhecimento;	Sibrater, GTZ, Embrapa, Institutos estaduais e nacionais de pesquisa, SEBRAE, WWF, UICN
---	-------------	-------------------------------------	---

Baixa Capacidade Organizativa da Cadeia

ÓRGÃO RESPONSÁVEL/ARTICULADOR: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL E PARCERIAS (SAIP) - Departamento de Articulação Governamental

Gargalos identificados	Ações	Resp. Gov. Fed	Atividades Identificadas	Possíveis Parceiros
2. Baixa capacidade organizativa da cadeia	2.1 Elaborar e implementar um plano de melhoria da gestão das organizações produtivas da cadeia. <i>Obs. Reforçar as atividades da coordenação no diálogo bilateral com os Estados.</i>	MDS	Em discussão com SEBRAE	SEBRAE NACIONAL – AC, PA E MT UICN \ AC
	2.2 Criar mesas de diálogo entre os atores da cadeia produtiva	MDS	Agenda de diálogo com estados MT, PA, AC (já realizadas) e AM AP e RO (em andamento)	- SEBRAE NACIONAL – AC, PA E MT - GTZ (AC \ AM \ PA) - UICN \ AC - MT Regional\ Estado do MT - Governo do AM - Governo do AC
	2.3 Fomento a criação e regularização de associações, cooperativas e centrais	MDS		SEBRAE NACIONAL – AC, PA E MT OCB – SESCOOP \ AP UICN \ AC Governo do AM

Baixa Oferta de Produto com Qualidade

ÓRGÃO RESPONSÁVEL/ARTICULADOR: MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL (SEDR) - Departamento de Extrativismo (DEX)

Gargalos identificados	Ações	Resp. Gov. Fed	Atividades identificadas	Possíveis Parceiros
3. Baixa oferta de produto com qualidade.	3.1. Elaborar e implementar critérios para boas práticas para a produção da castanha (redução de aflatoxina), segundo ANVISA.	MMA	1) Elaborar princípios norteadores de boas práticas\ produção de castanha com boas práticas 2) Contribuir para a divulgação dos parâmetros das boas práticas (experiência grande) 3) Apoio técnico para elaboração boas práticas (AC Cooperacre). Tem fôlego para ampliação 4) Participar das capacitações\ troca de informações\apoiar tecnicamente elaboração boas práticas 5) Organizar Programa de Capacitação para Técnicos ATER/ATES. 6) Divulgação Políticas públicas que dialogam com o tema. 7) Disponibilização de materiais/inventários – SFB.	1) EMBRAPA 2) COOPERATIVAS 3) WWF 4) Vigilâncias Sanitárias Estaduais 5) Entidades de ATER 6) UICN
	3.2. Certificação da castanha e / ou SPG – sistema participativo de garantia.	MMA	1) Contribuir tecnicamente para a adequação e difusão das premissas para a certificação 2) Apoiar e fomentar a certificação para produtores e cooperativas que buscam mercados diferenciados e para obtenção SIF	1) WWF (1 e 2) 2) COOPERATIVAS (COOPERACRE, COOPERAGREPA), SEAPROF (1 e 2) GTZ
	3.3. Adequação de laboratórios para análise de qualidade da Castanha-do-Brasil próximos das regiões produtoras.	MMA/ ANVISA	1) Adequação dos laboratórios LACENS (ANVISA) / CBA – Capacitar laboratórios existentes para adequação da castanha aos padrões de qualidade\ Adequar os LACENS para atendimento a sociedade. 2) Incluir os Lanagros (MAPA) como integrantes da rede de laboratórios	MAPA\ Universidades
	3.4. Apoiar infra-estrutura para produção de castanha com qualidade respeitando os aspectos legais.	MMA	1) Apoio a infra-estrutura dentro das boas práticas *Levar esse ponto para a Rede de Serviços – ver com DEX, SEBRAE, Cooperativas e com SBF \\$ para elaboração de planos de negócios. *Verificar se Fundo Amazônia tem recursos para essas questões – Proposta de fazer levantamento das demandas partindo das unidades de beneficiamento – ver material Rocio *Montar proposta para agenda com BNDES/jul/09	1) Bancos (BB, BNDES, BASA) 2) COOPERATIVAS

Apoio à Comercialização

ÓRGÃO RESPONSÁVEL/ARTICULADOR: COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB)

DIPAI - DIRETORIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA E INFORMAÇÃO

SUPAF - SUPERINTENDÊNCIA DE SUPORTE À AGRICULTURA FAMILIAR

GEPAF - GERÊNCIA DE PROGRAMAÇÃO OPERACIONAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

GEBIO - GERÊNCIA DE PRODUTOS DA SOCIOBIODIVERSIDADE

Gargalos identificados	Ações	Resp. Gov. Fed	Atividades Identificadas	Possíveis Parceiros
4. Apoio a Comercialização	4.1. Elaborar planos de negócios para os produtos da Castanha-do-Brasil (mercados institucionais, diferenciados e convencionais)	CONAB	Coordenar a elaboração de Planos de Negócios, estudos de viabilidade econômica, estratégia de marketing e disponibilização de informações técnicas e de mercado.	SEBRAE (PA e MT), MMA-DEX-BRA08012, COOEMA, ASPACS, ACANA, SFB
	4.2. Promover o acesso às políticas públicas de apoio a comercialização (PGPM, PAA, PRONAF, etc).	CONAB	Divulgação das políticas públicas operacionalizadas pela Conab (PAA e PGPMbio) de forma massiva, atendimento a demandas espontâneas, bem como a capacitação de parceiros com efeito multiplicador.	SEBRAE e INCRA e cooperativas Estado do AM ASPACS, COOEMA ICMBio e ATER
	4.3. Criação de padrões de classificação e coeficiente técnicos para produtos de Castanha-do-Brasil	CONAB	Coordenar e acompanhar o processo de elaboração da norma de padrão dos co-produtos de Castanha-do-Brasil e Coco Babaçu, de acordo com a Portaria Mapa nº 381.	
	4.4. Elaboração e implantação de Plano de Melhoria das Condições de Logística e Armazenagem	CONAB	Coordenar e contribuir com subsídios na elaboração de Projeto Logístico, montagem de redes de comercialização com a integração dos agentes buscando a organização da Cadeia de Suprimento. Fomento à adoção de tecnologias sociais e boas práticas de armazenamento	
	4.5. Estratégia de marketing (também desenvolvimento de novos mercados).	CONAB	Estudos, análises de mercado e disponibilização de informações técnicas Coordenar a criação de plano de marketing para os produtos da sociobiodiversidade. Estratégia inserida no Plano de Negócio	SEBRAE

Dificuldade de Acesso à Castanha e Vulnerabilidade dos Estoques Naturais.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL/ARTICULADOR: MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL (SEDR) - Departamento de Extrativismo (DEX)

Gargalos identificados	Ações	Resp. Gov. Fed	Atividades Identificadas	Possíveis Parceiros
5. Dificuldade de acesso à Castanha e vulnerabilidade dos estoques naturais	5.1. Acelerar a regularização das unidades de conservação de uso sustentável, assentamentos e territórios ocupados por povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares	MMA	1) Conhecimento e acesso as Terras Indígenas e territórios quilombolas	ICMBIO, INCRA, GTZ, Inst. de Terras Estaduais. Governos de Estado
	5.2. Incentivar as boas práticas de manejo sustentável do castanhal	MMA	1) Fomento a pesquisa e desenvolvimento de tecnologias (convênios) 2) Pesquisa, transferência de tecnologia e melhoramento da espécie 3) Apoio a pesquisa sobre os estoques e desenvolvimento de tecnologias sociais para inventário participativo. 4) Apoiar estudos e pesquisas sobre boas práticas. Estabelecer protocolos e capacitar comunidades. Desenvolvimento de tecnologias sociais. 6) Elaboração de cartilhas de boas práticas. Capacitação em boas práticas para secundaristas e técnicos do governo.	SFB, ICMBio, MCT e UPs vinculadas / GTZ, Embrapa, ATER
	5.3. Realizar inventário participativo de produtos florestais não-madeireiros e determinação do estoque potencial de castanha	MMA		SFB, Embrapa, WWF, ATER, MCT, ICMBIO, Embrapa, MCT e coligadas
	5.4. Incentivar o enriquecimento dos castanhais, o plantio em áreas desmatadas e roçados, e o manejo da regeneração em roçados	MMA	Agenda com Embrapa	SFB, ICMBio

Pontos Focais para a Cadeia da Castanha do Brasil

Representantes dos Governos Estaduais

UF	NOME	CARGO	ENDEREÇO/CONTATO	TELEFONE/E-mail
PA	Cássio Alves Pereira	Secretário de Estado da Agricultura	Secretaria de Agricultura	(91)3202-3841/4006-1209
AC	Nilton Luiz Cossom Mota	Secretário Estadual de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar	Gabinete Governador – Av. Brasil, 402 – CEP 69900-100 – Rio Branco/Acre	(68) 3223-8500 ramal 22 nilton.cossom@ac.gov.br
MT	José Aparecido dos Santos	Secretário Extraordinário de Projetos Estratégicos	Av. Historiador Rubens de Mendonça – Palácio Paiaguás – Centro Político Administrativo/CPA CEP: 78050-900 Cuiabá/MT	(65) 3613-4100 cidinho.ja@terra.com.br cidinho@mtregional.mt.gov.br
RO	Jaime Dalboni Costa Júnior	Engenheiro Agrônomo Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Regularização Fundiária – SEAGRI	Av. Lauro Sodré c/ Av. Joaquim Araújo de Lima e Rua Júlio de Castilho nº 1260 – Bairro Olaria – Porto Velho - RO	(69)3218-2928 / 3218-2926 dalboni@ibest.com.br
AP	José de Ribamar Oliveira Quintas	Secretario de Estado do Desenvolvimento Rural	Palácio do Setentrião – Rua General Rondon, 259 – Centro CEP: 68900-130	(96) 3212-9501/3212-9500 sdr@sdr.ap.gov.br seaf@seaf.ap.gov.br
AM	Sila Mesquita	Secretaria Executiva de Florestas e Extrativismo do Governo do Estado do Amazonas	SEAFE-SDS	sila@vivax.com.br

Organizações dos PCTAFs

UF	NOME	ENDEREÇO/CONTATO	TELEFONE/E-mail
PA	CARLOS DOS REIS LISBOA JUNIOR	SEBRAE (PA)	lisboa@pa.sebrae.com.br (91) 3181-9041
AC	TONY JOHN DE OLIVEIRA	SEAPROF	tony.oliveira@ac.gov.com.br / tony.seaprof@gmail.com (68) 3226-1365
MT	HELEN CAMARGO DE ALMEIDA	SEBRAE (MT)	helen.camargo@mt.sebrae.com.br (65) 3648 1281
RO	MARCOS ROBERTO DE OLIVEIRA	PROJETO RECA	marcoveira12@hotmail.com (69) 3253 1046
AP	ELIZEU CARDOSO VIANA	COMAJA	elizeu.cardoso@bol.com.br (96) 3251 5521
AM	SERGIO GONÇALVES	IDAM / AMAZONAS	sgoncalves@ufam.edu.br (92) 3237 4853

Câmara Setorial da Cadeia da Castanha do Brasil

Uma proposta de estruturação da Câmara Técnica Setorial da Cadeia da Castanha do Brasil foi apresentada pela Coordenação do Plano Nacional da Sociobiodiversidade durante o Workshop da Castanha do Brasil. Após a discussão em grupo durante o Workshop, com a apresentação de sugestões de inclusão de participantes, a proposta foi novamente discutida no âmbito da Coordenação do PNPSB e ficou estruturada da seguinte maneira:

Abrangência: Nacional

Caráter: Consultivo e Multissetorial

Atribuições:

- I - Formulação, proposição e revisão de atividades do Plano Nacional da Castanha do Brasil;
- II - Planejamento, acompanhamento e avaliação da execução e do andamento do Plano Nacional e Estaduais;
- III - Definição de prioridades na implementação.

Coordenação:

Grupo de Coordenação do Plano Nacional, instituído pela Portaria Interministerial Nº 239, de 21 de julho de 2009.

Composição:

I – Representantes titulares e suplentes dos seguintes órgãos e entidades do Governo Federal:

- a) Ministério do Meio Ambiente – MMA;
- b) Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA;
- c) Ministério do Desenvolvimento Social – MDS;
- d) Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT;
- e) Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB;
- f) Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA
- g) Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.

II – Representantes titulares e suplentes dos Governos dos seguintes Estados:

- a) Acre – AC;
- b) Amapá - AP;
- c) Amazonas – AM;
- d) Mato Grosso – MT;
- e) Pará – PA;
- f) Rondônia – RO.

III – Representantes titular e suplente da Empresa Brasileira de Pecuária e Abastecimento – Embrapa representando a área de pesquisa.

IV – Representantes titulares e suplentes das seguintes associações representando o Setor Empresarial:

- a) Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação - ABIA;
- b) Associação Brasileira de Indústrias de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos – ABIHPEC;
- c) Associação Brasileira de Supermercados – ABRAS;
- d) Associação dos Exportadores de Castanha do Brasil.

V - Representantes titulares e suplentes das seguintes instituições da Rede de Serviços:

- a) Banco da Amazônia - BASA;
- b) Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural - ASBRAER;
- c) Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE;
- d) Banco do Brasil – BB;
- e) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

VI – Representantes titulares e suplentes das cooperativas e associações de Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares indicados pelos Grupos de Trabalhos dos Estados enumerados no ítem II e, subsidiariamente, pelo Conselho Nacional dos Seringueiros - CNS.

VII - Representantes titulares e suplentes das seguintes organizações da agricultura Familiar, ambientais e indígenas:

- h) Conselho Nacional dos Seringueiros – CNS;
- i) Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG;
- j) Grupo de Trabalho Amazônico – GTA;
- k) Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB.

A Coordenação do Plano Nacional da Sociobiodiversidade, através da Secretaria Executiva, enviou carta-consulta, sobre a intenção destes em participarem da Câmara, a todos os órgãos do setor empresarial, representantes da rede de serviços e representantes das organizações da agricultura familiar, ambientais e indígenas. Um modelo de carta convite e todos os contatos aos quais as cartas foram enviadas estão em anexo.

Da mesma forma, reuniões bilaterais foram organizadas com órgãos governamentais e da sociedade civil que ainda não haviam sido contatados pelo Plano Nacional da Sociobiodiversidade.

De todas as organizações consultadas, apenas o Banco do Brasil e a Associação dos Exportadores de Castanha do Brasil responderam negativamente. As respostas às cartas-consulta estão em anexo. Neste momento a Secretaria Executiva está aguardando a resposta da COIAB, GTA, CNS e CONTAG. Tão logo estas respostas sejam oficializadas, a minuta da

portaria será enviada para o departamento jurídico dos Ministérios que compõe a Coordenação do Plano (MDA, MMA, MDS).

A minuta de portaria que cria a Câmara Setorial da Cadeia da Castanha do Brasil bem como a nota técnica elaborada para sua tramitação estão em anexo.

Proposta de Gestão da Cadeia da Castanha do Brasil

Atualmente a estrutura de coordenação do Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade é a seguinte:

Nível Macro:

Coordenação

Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA

Secretaria de Agricultura Familiar - SAF
Diretoria de Geração de Renda e Agregação de Valor – DGRAV
Arnaldo Campos – Diretor
José Adelmar Batista - Coordenador
Divani de Souza – Técnica Responsável pelas ações no MDA

Ministério do Meio Ambiente

Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável
Diretoria de Extrativismo
Cláudia Maria Calório- Diretora
Julio César Gomes Pinho - Coordenador
Hetz Leepkahn Santos – Técnica Responsável pelas ações no MMA

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)

Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias (SAIP)
Diretoria de Articulação Governamental (DAG)
Marcus Vinícius Villarim – Diretor
Gustavo de Assis – Técnico Responsável pelas ações MDS

Companhia Nacional do Abastecimento (CONAB)

Diretoria de Política Agrícola e Informações (DIPAI)
Silvio Isipo Porto - Diretor
Rogério Neuwald - Assessor da DIPAI
Ianelli Loureiro – Técnica responsável pelas ações CONAB

Secretaria Executiva

Roberta Marins de Sá – Secretária Executiva
Rodrigo Noleto – Consultor para a Cadeia da Castanha do Brasil
João Paulo Morita – Consultor para a Cadeia do Babaçu

A proposta de estrutura de gestão em nível meso e micro (apresentada em anexo) foi elaborada pela equipe do Ministério do Meio Ambiente e ainda está em avaliação pela coordenação e equipe técnica. Esta proposta está baseada na atuação específica da Secretaria de Extrativismo do MMA já desenvolve nos estados e retrata as formas de organização que as estruturas de governança nos estados estão sugerindo.

De acordo com esta proposta a Câmara Técnica Setorial da Cadeia da Castanha poderá ficar sob gestão da Coordenação do Plano, por intermédio da Secretaria Executiva e deverá dialogar com as Câmaras, Conselhos e/ou GTs Estaduais para os produtos da sociobiodiversidade.

A equipe técnica vem contando com o apoio de assessores e técnicos da GTZ – agência de cooperação alemã - para o levantamento da situação nos estados e estruturação da proposta de gestão.

A estrutura da gestão da cadeia da castanha do Brasil (proposta em anexo) será discutida e validada nas próximas reuniões da equipe técnica e coordenação do PNPSB.

ANEXOS

WORKSHOP CASTANHA-DO-BRASIL - RESUMO EXECUTIVO

Este resumo executivo foi elaborado usando como base o relatório do Workshop da Castanha do Brasil, que ocorreu entre os dias 15 a 17 de junho de 2009 em Brasília, entregue pelos moderadores do workshop, Sergio Cordioli e José Gabriel Pesce Jr.

Introdução

Este documento descreve as reflexões ocorridas no Workshop da Castanha-do-Brasil, realizada nas dependências do Instituto Israel Pinheiro, em Brasília / DF, no período de 15 a 17 de junho de 2009.

O workshop da Castanha-do-Brasil foi coordenado pelo MMA, MDA, MDS e CONAB/MAPA, contando com o apoio da GTZ e a participação de representantes dos Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares (PCTAFs), representantes de órgãos governamentais federais e estaduais, do setor privado, ONGs e de entidades de apoio. A lista de participantes se encontra no final deste documento.

Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade - PNPSB

A Sociobiodiversidade Brasileira

O Brasil é considerado um país mega-diverso por integrar o grupo dos 20 países que, juntos, possuem mais de 70% da biodiversidade do planeta em apenas 10% da superfície. Apresenta uma natureza exuberante com espécies e paisagens com características peculiares e intrínsecas a cada Bioma: a Amazônia, o Cerrado, o Pantanal, a Caatinga, a Mata Atlântica, a Zona Costeira Marinha e o Pampa.

Por sua vez, toda essa riqueza biológica também está associada a uma grande diversidade sociocultural, que pode ser representada por mais de 200 povos indígenas e por inúmeras comunidades tradicionais (quilombolas, extrativistas, pescadores, agricultores familiares, entre outras), que são os detentores de todo o conhecimento associado a esses agroecossistemas podendo, ou não, serem valorizados nas questões que envolvem o manejo e a preservação de toda essa biodiversidade.

Embora ainda exista pouca visibilidade interna quanto à importância desse tema devido ao pequeno espaço ocupado pelos produtos da sociobiodiversidade na economia formal, está em curso uma ação dos órgãos governamentais na promoção desses produtos

visando à agregação de valor socioambiental; a geração de renda e a segurança alimentar de povos, comunidades tradicionais e agricultores familiares.

O papel do governo tem sido de garantir a inclusão produtiva desses povos através da promoção de tecnologias sustentáveis que respeitem seus sistemas de organização social e, ao mesmo tempo, valorizem os recursos naturais locais e práticas, saberes e tecnologias tradicionais. Todo este esforço tem sido traduzido no Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade.

O setor empresarial, que tem se envolvido no Plano Nacional vem, por sua vez, reconhecendo as oportunidades de negócio que a biodiversidade brasileira oferece tanto no mercado nacional como internacional e realizando investimentos no desenvolvimento de produtos para a indústria alimentícia, de cosméticos, farmacêutica, bem como no setor de serviços como, por exemplo, o ecoturismo.

Entende-se por sociobiodiversidade a relação entre bens e serviços gerados a partir de recursos naturais, voltados à formação de cadeias produtivas de interesse de povos e comunidades tradicionais e de agricultores familiares.

A Implantação do Plano Nacional da Sociobiodiversidade

O Plano Nacional da Sociobiodiversidade foi lançado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 27 de abril de 2009 na cidade de Manaus junto ao público beneficiado, os Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares - PCTAFS.

Esse Plano é fruto de um esforço coletivo. Embora tenha nascido de uma articulação dos Ministérios do Meio Ambiente, do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, outros Ministérios e setores também estão envolvidos nesse processo, tais como: os governos estaduais, a Casa Civil, Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), Agência Nacional de Vigilância e Inspeção Sanitária (ANVISA), Serviço Florestal Brasileiro (SBF), Instituto Nacional de Regularização e Reforma Agrária (INCRA), a Agência de Cooperação Técnica Alemã (GTZ), o setor empresarial, as agências de fomento e a sociedade civil organizada.

Essa abordagem sistêmica, participativa e descentralizada é que propicia um ambiente favorável para o desenvolvimento de planos de trabalho específicos e a construção de uma visão estratégica de apoio e fomento aos arranjos produtivos locais e regionais, entendendo que, somente assim, as Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade e os extrativistas serão fortalecidos.

O Plano Nacional iniciará sua implementação pelas cadeias da Castanha-do-Brasil e do Babaçu. Essa estratégia envolve representantes que atuam nos níveis nacional, estadual e local. Essas cadeias foram priorizadas em virtude de sua relevância socioeconômica e ambiental, pois, juntas, beneficiam cerca de 500 mil famílias de extrativistas e quebradeiras de coco e geram, anualmente, ao redor de R\$ 160 milhões.

Além dessas ações específicas, existem ainda outras ações que estão sendo desenvolvidas e que beneficiam o público extrativista em geral como a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e o Programa de Aquisição de Alimentos que são operados pela Conab.

Com a PGPM, é possível o pagamento da Subvenção Direta ao Extrativista. Esse Programa busca garantir a sustentação de preços de alguns produtos extrativistas como a Castanha-do-Brasil, amêndoas de babaçu, borracha natural, o fruto do açaí, do pequi, a cera da carnaúba e a fibra da piaçava. As primeiras subvenções ocorreram no mês de abril de 2009 e perfizeram, até o momento, o valor de R\$ 31.201,08 referente à comercialização de 23 toneladas de castanha-do-brasil, 12 toneladas de babaçu e 37 toneladas de borracha, beneficiando 157 famílias. O total dos recursos orçamentários disponíveis para a PGPM dos produtos da sociobiodiversidade no ano de 2009 é de aproximadamente de R\$ 40 milhões.

Outra grande conquista para os extrativistas diz respeito ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Este Programa, também é executado pela Conab com recursos do MDS e MDA nas modalidades Doação Simultânea e Formação de Estoques Estratégicos da Agricultura Familiar, possibilita a inclusão dos produtos da sociobiodiversidade na alimentação escolar. Entre 2006 e 2008, somente na modalidade Formação de Estoques, operada pelo MDA, foram comercializadas, aproximadamente, 160 mil toneladas de diversos produtos da agricultura familiar em todo território nacional. Isto movimentou mais de R\$ 135 milhões, sendo R\$ 10 milhões de produtos extrativistas, e beneficiou 2.478 agricultores familiares, principalmente das regiões Norte e Nordeste.

Só de Castanha-do-Brasil, nesse período, mais de 9 mil toneladas (5,6%) foram comercializadas referentes ao volume total de produtos oriundos da Agricultura Familiar brasileira, gerando uma aplicação de recursos financeiros, referentes à R\$ 7,1 milhões de reais (5,2%). Se forem considerados todos os produtos extrativistas, incluindo as castanhas do Brasil e de baru, pupunha, urucum, guaraná e as frutas como o açaí, cupuaçu, sirigüela, cagaita, cajá, umbu, murici e o pequi (fruta e óleo), essa produção chega a 16 mil toneladas (10%) e o montante financeiro a R\$ 10 milhões de reais (7,4%) do volume total comercializado pelo PAA nessa modalidade.

Embora a modalidade do PAA - Formação de Estoques Estratégicos da Agricultura Familiar (MDA) – seja recente, sua atuação já representa grandes contribuições para esses agricultores, por apresentar um desenho operacional que se aplica à realidade desse público e a dinâmica desses produtos. Por outro lado, também possibilita o acesso a mercados mais justos, se tornando assim, uma ferramenta importante para a agregação de renda para essas famílias.

Esses dados mostram a importância do PAA para agricultores familiares e extrativistas que vivem em áreas distantes dos grandes centros e deficientes em infra-estrutura como é o caso da maioria dos produtores da Região Amazônica.

Existem ainda outras ações que apóiam e interagem com o Plano Nacional da Sociobiodiversidade como: a Carteira de projetos da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente que aprovou, em abril de 2009, 15 projetos num total de R\$ 840 mil, atendendo a mais de 1000 famílias.

A Medida Provisória – MP 455 de 2009 – que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar, e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos Alunos da Educação Básica, que prevê que no Art.14. que “ do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.”

Bem como emissão de 29.135 DAPs (Declaração de Aptidão ao Pronaf) somente para a Região Norte, durante o período de 01/01/2009 a 27/05/2009, cadastrando Agricultores Familiares e Extrativistas. Processo esse, que irá ser intensificado durante os próximos meses, nos municípios produtores de castanha-do-Brasil e Babaçu .

Objetivos do Workshop

- Apresentar Plano de Ação para a Castanha-do-Brasil;
- Apresentação das metas para o período 2009-2010;
- Definir responsabilidades para a implementação do Plano de Ação para a Cadeia da Castanha-do-Brasil;
- Estabelecer a Estrutura de Gestão e atribuições da Câmara Setorial da Cadeia da Castanha-do-Brasil.

Programação do Workshop

DIA	HORA	OBJETIVO	Responsável
15/06	13h00	Registro dos participantes	Cláudia de Paula
	14h00	Mesa de Abertura – Silvio Porto – Diretor Logística e Gestão Empresarial - Conab; Ulrich Krammenschneider – Diretor GTZ no Brasil; Ronaldo Coutinho Garcia – Secretário de Articulação Institucional e Parcerias/MDS; Egon Krakhecke – Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável/MMA; Adoniran Sanches Peraci – Secretário de Agricultura Familiar/MDA	Coordenação do Plano
	15h00	Apresentação do Plano Nacional para a Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade – Claudia Maria Calório – DEX/MMA	Cláudia Maria Calório – DEX/ MMA
	15h20	Apresentação do Plano da Cadeia da Castanha-do-Brasil - Arnoldo de Campos – DEGRAV/MDA	Arnoldo de Campos DEGRAV/SAF/MDA
	15h40	Painel de Abertura – A perspectiva de Cadeia de Valor e sua abordagem	Gunter Viteri – GTZ
	16h00	Lanche da Sociobiodiversidade	
	16h15	Retorno para debate	Gunter Viteri/Sérgio Cordioli
	18h30	Encerramento do dia	Sérgio Cordioli

16/06	08h30	Apresentação dos participantes e de experiências referências: Tema 1: Produção/organização – Cooperacre/AC; Tema 2: Mercados Diferenciados/qualidade – COVEMA /AM Tema 3: Relação Empresa/comunidade – Ouro Verde/MT Tema 4: ATER e fomento – SEAPROF/AC Tema 5: Política pública estadual – Governo do Amazonas	Gunter Viteri/Sérgio Cordioli
	10h10	Lanche da sociobiodiversidade	Central do Cerrado
	10h30	Assinatura da Portaria Interministerial Patrus Ananias – Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Carlos Minc – Ministro do Meio Ambiente, Guilherme Cassel – Ministro do Desenvolvimento Agrário.	Coordenação Plano/Cerimonial
	11h45	Trabalhos de grupo – Avaliação e priorização dos gargalos e ações propostos para a Cadeia da Castanha-do-Brasil (construção do Plano de Ação imediato)	Gunter e Sérgio Cordioli
	12h30	Almoço	
	14h00	Apresentação dos trabalhos	Gunter e Sérgio Cordioli
	15h30	Trabalho de grupo – Como as instituições podem contribuir com o Plano da Castanha-do-Brasil	Gunter e Sérgio Cordioli
	16h30	Lanche da sociobiodiversidade	Central do Cerrado
	16h50	Apresentação dos trabalhos	Gunter e Sérgio Cordioli
	18h30	Jantar	
	20h30	Coquetel de confraternização e teatro de mamulengo	Central do Cerrado e Carlos Machado

17/06	08h30	Apresentação da proposta de gestão para a Cadeia da Castanha-do-Brasil	Coordenação do Plano
	09h00	Trabalho de grupo – Composição e estruturação da Câmara Setorial da Castanha-do-Brasil	Gunter e Sérgio Cordioli
	10h30	Lanche da sociobiodiversidade	Central do Cerrado
	10h45	Apresentação dos trabalhos	Gunter e Sérgio Cordioli
	12h45	Encerramento do workshop	Coordenação
	13h00	Almoço	

Processo Metodológico

O workshop seguiu os princípios do enfoque participativo que reúne princípios, técnicas e instrumentos que facilitam o processo de debate e de intercâmbio de experiências e conhecimentos.

Uma equipe de moderadores coordenou o processo metodológico, apoiada por facilitadores e relatores que coordenaram as dinâmicas nos diversos grupos de trabalho (GTs). Funcionaram como catalisadores para as diversas propostas que apareceram, procurando não interferir no conteúdo das discussões, tendo somente a responsabilidade de facilitar o processo de construção participativa.

Ocorreu a apresentação da proposta do Plano Nacional e da Câmara Setorial, além de experiências ilustrativas dos PCTAFs, relacionadas aos diferentes gargalos da cadeia, que tiveram a objetivo de subsidiar os participantes nos debates do workshop.

Os grupos de trabalho discutiram as propostas do Plano de Ação e da estruturação da Câmara Setorial da Castanha-do-Brasil. As suas proposições foram apresentadas para debate em plenária, apoiados pelo registro visual contínuo de todo o processo, buscando-se mais objetividade e transparência em todos os momentos.

A documentação do seminário é descritiva e baseada na transcrição das apresentações e no registro das reflexões que aconteceram nos grupos e em plenária.

Desafios para a Implementação do Plano

- Como sair do papel e ir à prática! –

Após a apresentação do Plano Nacional da Sociobiodiversidade (Claudia Maria Calório – DEX/MMA), do Plano de Ação Prioritário para a Cadeia da Castanha do Brasil (Arnoldo Campos – DEGRAV/SAF/MDA) e das Perspectivas das Cadeias de Valor e sua Abordagem (Gunter Viteri – GTZ), a equipe de moderadores lançou um tema para discussão em Plenária:

Quais são os desafios para executar, de forma coordenada, o Plano de Ação da Cadeia da Castanha-do-Brasil?

A seguir, o resultado do debate em Plenária.

Desafio identificado	Argumentos da Plenária
Fortalecer a articulação e a integração	<ol style="list-style-type: none"> 1. O plano da castanha deve ser trabalhado como plano de estado e não de governo. Precisamos amarrar os diferentes atores, para que se tornem autônomos. 2. Definir os níveis de articulação e integração dos diferentes atores, com responsabilidades, metas e prazos, possíveis de serem monitoradas. 3. Apoiar a organização associativa dos produtores e de suas cooperativas. Como fortalecer as organizações sociais e o processo da base para o todo? 4. Assegurar clareza na definição dos atores locais e rever os instrumentos de comprometimentos dos diferentes atores envolvidos. 5. Fortalecer a interlocução com as cooperativas de produtores para que estas possam auxiliar o governo na execução de suas políticas. Ex. repasse de subvenções. 6. Muitas ações já estão sendo desenvolvidas, como também, não haverá uma única estratégia. O alinhamento e unificação de ações são fundamentais. 7. Alinhar as propostas e o discurso nas diferentes esferas de produtores.
Ampliar a capilaridade do plano	<ol style="list-style-type: none"> 1. Como a ATER irá chegar às diferentes comunidades considerando a geografia da Amazônia?
Desenvolver estratégia de monitoramento	<ol style="list-style-type: none"> 1. Como casar o tempo real com o tempo burocrático institucional do governo?
Aprimorar a comunicação e a informação	<ol style="list-style-type: none"> 1. Divulgar o plano para toda a sociedade, envolvendo os níveis estaduais e locais nesta tarefa, para que todos conheçam a proposta. 2. Organizar workshop nos estados para estruturar as principais diretrizes para cada um considerando as realidades locais. 3. Trabalhar o fluxo de informações entre os vários elos e níveis da cadeia. Ex. Formar redes de cooperação. 4. Desenvolver um diagnóstico mais apurado nos Estados já que as informações do IBGE não batem com a realidade local. 5. Ter um bom sistema de informações, que possibilite alimentar a cadeia com dados confiáveis. 6. Desenvolver o cadastramento dos principais produtores, servindo como forma de divulgação.
Consolidar uma estrutura de coordenação	<ol style="list-style-type: none"> 1. A Câmara Setorial deve incluir a sociedade civil (ONG) e não somente das comunidades tradicionais. 2. Como vai funcionar / dialogar a Câmara com os Estados?. 3. A Câmara deverá ter um caráter deliberativo!. Os níveis de deliberação devem ser desenvolvidos no nível dos

	<p>Estados.</p> <ol style="list-style-type: none"> 4. Articular e potencializar as ações que cada um dos Estados já está desenvolvendo, com metas bem claras e específicas. 5. Reduzir a burocracia – entraves estatais para que os PCTAF possam acessar o apoio do Estado. 6. Como trabalhar a continuidade e sustentabilidade independentemente das mudanças de governo?. 7. Deverá haver uma auto-cobrança em relação às diferentes ações e metas.
Aprimorar a capacitação dos diferentes atores	<ol style="list-style-type: none"> 1. A ATER poderá ser um veículo para auxiliar na execução do plano de trabalho. Formar técnicos tradicionais poderá ser uma forma de auxiliar nesta tarefa. 2. Elaborar os padrões técnicos para a produção sustentável. 3. Trabalhar empreendedores – gestores comunitários, com a devida capacitação para prepará-los para atuarem como interlocutores. 4. Capacitação técnica de colheita para agregar valor aos produtos. 5. Desenvolver estratégia para assegurar a regeneração dos castanhais. 6. Trabalhar a questão da auto-estima dos PCTAFs.
Aprimorar o debate sobre questões de mercado	<ol style="list-style-type: none"> 1. Já que as associações não possuem caráter comercial, devem ser incentivadas a se conectar a uma cooperativa para viabilizar a comercialização. 2. Acesso aos mercados com a preparação das lideranças das organizações associativas.
Desenvolver processos de planejamento	<ol style="list-style-type: none"> 1. Definir claramente estratégias, metas, plano de negócios, com o devido afunilamento das estratégias no nível local. 2. Como tirar as diretrizes estratégicas do plano nacional de modo que cada local tenha sua diretriz estratégica própria alinhada com a nacional? 3. Cada um dos Estados deverá estruturar seus planos estratégicos para o desenvolvimento da cadeia da castanha e pensar a forma de gestão deste plano estratégico. 4. Trabalhar os papéis e responsabilidades por parte de cada um dos atores, em especial, em relação ao plano de metas.

Trabalhos em Grupo

Após a apresentação e discussão das experiências de referência e a assinatura da Portaria Interministerial, com a presença dos Ministros do Meio Ambiente, Carlos Minc, e do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, os participantes foram divididos aleatoriamente em 5 grupos de trabalho.

Cada grupo de trabalho, com o apoio de um facilitador e um relator, ficou responsável por:

- discutir um dos gargalos identificados no Plano de Ação da Cadeia da Castanha do Brasil:

Os gargalos, ações, responsáveis do Governo Federal e indicadores foram apresentados pela Coordenação do Plano Nacional da Sociobiodiversidade. Os participantes dos grupos ficaram responsáveis por incluir os possíveis parceiros para cada atividade e suas colaborações.

- avaliar e discutir a estruturação e atribuições da Câmara Setorial da Cadeia da Castanha do Brasil:

A Coordenação do Plano apresentou uma proposta de estrutura da Câmara Setorial, que foi discutida nos grupos de trabalho.

A seguir apresenta-se o resultado das discussões em grupo para cada gargalo, na forma de Plano de Ação, e uma síntese das propostas para a constituição da Câmara Setorial.

1. Deficiência nos serviços de apoio em todos os elos da cadeia.

Gestor do Gargalo: MDA

Gargalos identificados	Ações	Resp. Gov. Fed	Parceiros	Colaborações do parceiro	Indicadores
1. Deficiência nos serviços de apoio em todos os elos da cadeia	1.1 Criar uma Rede de Serviços para Castanha-do-Brasil com ênfase no atendimento aos PCTAFs	MDA	Entidades de ATER, ONGs, Universidades; GTZ, SEBRAE	Entidades de ATER - Disponibilizando conhecimentos e planos de ação elaborados pela instituição; GTZ – Assessoria metodológica	Instituições Cadastradas no Sibrater (<i>aperfeiçoar o indicador</i>)
	1.2 Adequar infra-estrutura e quadro técnico necessário para a prestação dos serviços, principalmente o de apoio técnico.	MDA	Governos Estaduais, Governo Federal, Entidades de ATER, CEFETs, Universidades	Formação, capacitação e contratação de quadro técnico com perfil adequado para trabalho com as cadeias; Disponibilização de equipamentos de comunicação e logística necessários	Reais Investidos e Projetos Apoiados
	1.3 Promover a divulgação e apoiar o acesso às políticas públicas - principalmente às de apoio a comercialização (PAA, PGPMBio, PNAE, Pronaf).	MDA/Conab	Entidades de ATER, SUREGs, DFDAs	Disponibilização de materiais informativos com conteúdo e linguagem adequada aos PCTAFs; técnicos para participar dos eventos.	PCTAFs e Empreendimento atendido
	1.4 Ampliar, qualificar e <i>coordenar</i> os serviços de apoio a organização produtiva.	MDA	Entidades de ATER, SEBRAE, Cooperativas com experiência em gestão	Capacitar organizações da cadeia produtiva em gestão comercial, técnica e administrativa de empreendimentos; Utilizar e desenvolver metodologias para o entendimento de pessoas jurídicas (a exemplo do MDIC/PEIX); Incubação de empreendimentos (exemplo Cooperacre)	Empreendimentos atendidos
	1.5 Promover ampla campanha de documentação para PCTAFs (<i>documentação civil e DAP por meio de mutirões</i>)	Coordenação	DFDAs, Entidades de ATER, Governos Estaduais, Prefeituras Municipais	Realizar mutirões de documentação e de emissão de DAPs	PCTAFs atendidos
	1.6 Criar um sistema de gestão do conhecimento e socialização das informações	Coordenação	Sibrater, GTZ, Embrapa, Institutos estaduais e nacionais de pesquisa, SEBRAE, WWF, IUCN	GTZ – elaboração de proposta de modelo de gestão do conhecimento para a cadeia SEBRAE – apoio à metodologia para manejo de produtos não madeireiros. IUCN – socialização de informações	

2. Baixa capacidade organizativa da cadeia.

Gestor do Gargalo: MDS

Gargalos identificados	Ações	Resp. Gov. Fed	Parceiros	Colaborações do parceiro	Indicadores
2. Baixa capacidade organizativa da cadeia	2.1 Elaborar e implementar um plano de melhoria da gestão das organizações produtivas da cadeia (item 02) – ver obs.	MDS	SEBRAE NACIONAL – AC, PA E MT UICN \ AC	Disponibilidade de consultorias e instrutorias (cursos) Consultorias para a melhoria da gestão administrativa das organizações	Empreendimentos atendidos
	2.2 Criar mesas de diálogo entre os atores da cadeia produtiva (item 03) <i>Obs. Reforçar as atividades da coordenação no diálogo bilateral com os Estados. – ver obs.</i>	MDS	- SEBRAE NACIONAL – AC, PA E MT - GTZ (AC \ AM \ PA) - UICN \ AC - MT Regional\ Estado do MT - Governo do AM - Governo do AC	Disponibilidade de consultorias e instrutorias Empoderar os grupos Estruturação da governança Articulação e fomento de cadeias produtivas Articulação das cadeias produtivas PPC	Câmara e GTs criados
	2.3 Fomento a criação e regularização de associações, cooperativas e centrais	MDS	SEBRAE NACIONAL – AC, PA E MT OCB – SESCOOP \ AP UICN \ AC Governo do AM	Disponibilidade de consultorias e instrutorias Constituição e capacitação Consultorias para a melhoria da gestão administrativa das organizações Núcleos de Apoio ao empreendedor	Empreendimentos atendidos

3. Baixa oferta de produto com qualidade.

Gestor do gargalo: MMA

Gargalos identificados	Ações	Resp. Gov. Fed	Parceiros	Colaborações do parceiro	Indicadores
3. Baixa oferta de produto com qualidade.	3.1. Elaborar e implementar critérios para boas práticas para a produção da castanha (redução de aflatoxina), segundo ANVISA.	MMA	1) EMBRAPA 2) COOPERATIVAS 3) WWF 4) Vigilâncias Sanitárias Estaduais 5) Entidades de ATER 6) UICN	1) Elaborar princípios norteadores de boas práticas\ produção de castanha com boas práticas 2) Contribuir para a divulgação dos parâmetros das boas práticas (experiência grande) 3) Apoio técnico para elaboração boas práticas (AC Cooperacre). Tem fôlego para ampliação 4) Participar das capacitações\ troca de informações\apoiar tecnicamente elaboração boas práticas	Manual de boas práticas elaborado
	3.2. Certificação da castanha e / ou SPG – sistema participativo de garantia.	MAPA/MMA	1) WWF (1 e 2) 2) COOPERATIVAS (COOPERACRE, COOPERAGREPA), SEAPROF (1 e 2) GTZ	1) Contribuir tecnicamente para a adequação e difusão das premissas para a certificação 2) Apoiar e fomentar a certificação para produtores e cooperativas que buscam mercados diferenciados e para obtenção SIF	Nº de organizações de PCTAFs com produtos certificados
	3.3. Adequação de laboratórios para análise de qualidade da Castanha-do-Brasil próximos das regiões produtoras.	MMA/ ANVISA	MAPA\ Universidades	Adequação dos laboratórios LACENs (ANVISA) / CBA – Capacitar laboratórios existentes para adequação da castanha aos padrões de qualidade\ Adequar os LACENs para atendimento a sociedade. Incluir os Lanagros (MAPA) como integrantes da rede de laboratórios	Nº de laboratórios credenciados
	3.4. Apoiar infra-estrutura para produção de castanha com qualidade respeitando os aspectos legais.		1) Bancos (BB, BNDES, BASA) 2) COOPERATIVAS	Apoio a infra-estrutura dentro das boas práticas	

4. Apoio a comercialização

Gestor do gargalo: CONAB

Gargalos identificados	Ações	Resp. Gov. Fed	Parceiros	Colaborações do parceiro	Indicadores
4. Apoio a Comercialização	4.1. Elaborar planos de negócios para os produtos da Castanha-do-Brasil (mercados institucionais, diferenciados e convencionais)	MMA / MDA	SEBRAE ¹ (PA e MT) MMA-DEX-BRA08012 COOVEMA, ASPACS ACANA SFB	Elaboração PN (nacional) Estudos: mercado e de viabilidade econômica Ceder informações técnicas e financeiras Estudos de mercado / capacitação	Planos Elaborados
	4.2. Promover o acesso às políticas públicas de apoio a comercialização (PGPM, PAA, PRONAF, etc.).	CONAB ² (MDA)	SEBRAE e INCRA e cooperativas Estado do AM ASPACS, COOVEMA ICMBio e ATER	Divulgação das políticas e programas Ações para a Cidadania Divulgação	PCTAF Atendidos, Empreendimentos Municípios
	4.3. Criação de padrões de classificação e coeficiente técnicos para produtos de Castanha-do-Brasil³	CONAB (MAPA)			Especificações estabelecidas
	4.4. Elaboração e implantação de Plano de Melhoria das Condições de Logística⁴ e Armazenagem	CONAB	CONAB	Estudo de logística e armazenamento	Planos Elaborados/ empreendimentos atendidos
	4.5. Estratégia de marketing (também desenvolvimento de novos mercados).		SEBRAE	Colaborador do parceiro com competência no assunto	

¹ O SEBRAE possui uma abrangência nacional com estruturas estaduais descentralizadas. Aqui se considera o SEBRAE Nacional, mas com o compromisso das unidades presentes no trabalho de grupo.

² Possui duas formas de divulgação e capacitação: (1) massiva e (2) demanda espontânea.

³ Segundo os técnicos da CONAB já existe um padrão de classificação para a castanha. Falta estabelecer padrão mais abrangente para os demais subprodutos oriundos da castanha. Essa é uma demanda do setor e que deve ser encaminhada diretamente para o MAPA. A ausência de representantes do setor produtivo no grupo dificultou a definição dos parceiros e responsabilidades no plano.

⁴ Existe a necessidade de articulação com órgãos com competência e mandato para implantação e manutenção de estradas e hidrovias.

5. Dificuldade de acesso à castanha e vulnerabilidade dos estoques naturais

Gestor do gargalo: MMA

Gargalos identificados	Ações	Resp. Gov. Fed	Parceiros	Colaborações do parceiro	Indicadores
5. Dificuldade de acesso à Castanha e vulnerabilidade dos estoques naturais	5.1. Acelerar a regularização das unidades de conservação de uso sustentável, assentamentos e territórios ocupados por povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares	MMA/ ICMBIO/ INCRA	ICMBIO / GTZ Inst. de Terras Estaduais. Governos de Estado	Conhecimento e acesso as Terras Indígenas e territórios quilombolas Elaboração de Planos de Manejo das UCs, cadastramento dos extrativistas e plano de uso por produto.	Nº de UCs, assentamentos e territórios regularizados
	5.2. Incentivar as boas práticas de manejo sustentável do castanhal	MMA/ SFB ICMBIO	MCT e UPS vinculadas / GTZ Embrapa ATER	Apoiar estudos e pesquisas sobre boas práticas. Estabelecer protocolos e capacitar comunidades. Desenvolvimento de tecnologias sociais. Estudo da ecologia, biometria, regeneração, monitoramento da produção, marcadores moleculares, detecção e controle da aflotoxina. Elaboração de cartilhas de boas práticas. Capacitação em boas práticas para secundaristas e técnicos do governo. Estabelecer protocolos e capacitar comunidades. Elaboração de cartilhas de boas práticas.	Nº de planos de manejo elaborados

Gargalos identificados	Ações	Resp. Gov. Fed	Parceiros	Colaborações do parceiro	Indicadores
5. Dificuldade de acesso à Castanha e vulnerabilidade dos estoques naturais	<p>5.3. Realizar inventário participativo de produtos florestais não-madeireiros e determinação do estoque potencial de castanha</p> <p>5.4. Incentivar o enriquecimento dos castanhais, o plantio em áreas desmatadas e roçados, e o manejo da regeneração em roçados</p>	<p>MMA/ SFB</p> <p>SFB ICMBIO MMA</p>	<p>Embrapa WWF ATER MCT ICMBIO Embrapa MCT e coligadas</p>	<p>Transferência de tecnologia pra mapeamento georreferenciado das castanheiras. Geração de índices técnicos da produção visando planejamento da produção, e análise de risco para acesso a crédito. (parceria com Setec/AP, ADAP, Fundação Orsa Florestal Apoio a pesquisa sobre os estoques e desenvolvimento de tecnologias sociais para inventário participativo.</p> <p>Realizar inventário participativo com coletores para elaborar plano de manejo da UC e planos de uso da castanha. Monitoramento da produção. Realizar inventário participativo com coletores para elaborar plano de manejo da UC e planos de uso da castanha</p> <p>Pesquisa, transferência de tecnologia. Melhoramento da espécie</p> <p>Fomento a pesquisa e desenvolvimento de tecnologias (convênios)</p>	<p>Área inventariada Levantamento de estoque concluído</p>

Estruturação da câmara setorial

A proposta de estruturação da Câmara Técnica Setorial da Cadeia da Castanha do Brasil apresentada pela Coordenação do Plano Nacional da Sociobiodiversidade foi a seguinte:

Abrangência: Nacional

Caráter: Consultivo e Multissetorial

Composição: titulares e convidados

I - 6 Membros da Coordenação Geral : MMA, MDA, MDS, CONAB, MAPA, ANVISA

II - 6 Representantes dos Governos Estaduais: AC, AM, AP, MT, PA, RO

III - 1 Representante Pesquisa: (Universidade / Embrapa)

IV - 3 Representantes Setor Empresarial: ABIA, ABIHPEC, ABRAS

V - 3 Representantes Rede de Serviços: BASA, ASBRAER, SEBRAE

VI - 6 Representantes de PCTAFs : AC, AM, AP, MT, PA, RO

VII - 3 Representantes Organizações Agricultura Familiar e ambiental: CNS, CONTAG, GTA

Atribuições da Câmara Setorial:

- Formulação, proposição e revisão de atividades;
- Planejamento, acompanhamento e avaliação do andamento do Plano;
- Definição de prioridades na implementação;
- Definição de critérios e acompanhamento na criação das Câmaras Estaduais, GTs e APLs.

Como resultado do trabalho dos grupos e reuniões posteriores da Coordenação do Plano Nacional, chegou-se ao seguinte formato para a Câmara Setorial da Castanha-do-Brasil:

Atribuições:

- I - Formulação, proposição e revisão de atividades do Plano Nacional da Castanha do Brasil;
- II - Planejamento, acompanhamento e avaliação da execução e do andamento do Plano Nacional e Estaduais;
- III - Definição de prioridades na implementação.

Coordenação:

Grupo de Coordenação do Plano Nacional, instituído pela Portaria Interministerial Nº 239, de 21 de julho de 2009.

Composição:

I – Representantes titulares e suplentes dos seguintes órgãos e entidades do Governo Federal:

- h) Ministério do Meio Ambiente – MMA;
- i) Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA;
- j) Ministério do Desenvolvimento Social – MDS;
- k) Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT;
- l) Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB;
- m) Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA
- n) Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.

II – Representantes titulares e suplentes dos Governos dos seguintes Estados:

- g) Acre – AC;
- h) Amapá - AP;
- i) Amazonas – AM;
- j) Mato Grosso – MT;
- k) Pará – PA;
- l) Rondônia – RO.

III – Representantes titular e suplente da Empresa Brasileira de Pecuária e Abastecimento – Embrapa representando a área de pesquisa.

IV – Representantes titulares e suplentes das seguintes associações representando o Setor Empresarial:

- e) Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação - ABIA;
- f) Associação Brasileira de Indústrias de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos – ABIHPEC;
- g) Associação Brasileira de Supermercados – ABRAS;
- h) Associação dos Exportadores de Castanha do Brasil.

V - Representantes titulares e suplentes das seguintes instituições da Rede de Serviços:

- f) Banco da Amazônia - BASA;
- g) Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural - ASBRAER;
- h) Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE;
- i) Banco do Brasil – BB;
- j) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

VI – Representantes titulares e suplentes das cooperativas e associações de Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares indicados pelos Grupos de Trabalhos dos Estados enumerados no ítem II e, subsidiariamente, pelo Conselho Nacional dos Seringueiros - CNS.

VII - Representantes titulares e suplentes das seguintes organizações da agricultura Familiar, ambientais e indígenas:

- l) Conselho Nacional dos Seringueiros – CNS;
- m) Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG;
- n) Grupo de Trabalho Amazônico – GTA;
- o) Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB.

Encaminhamentos

A seguir apresentam-se os próximos passos e encaminhamentos, acordados durante o Workshop da Castanha do Brasil.

O que será feito?	Coordenação
1. Criar e-grupo, com os participantes deste workshop, para manter fluxo de informações interno.	Secretaria Executiva / Coordenação
2. Repassar o relatório para os participantes do workshop	Moderadores / Secretaria Executiva
3. Definir a estrutura da Câmara Nacional considerando as contribuições do workshop	Secretaria Executiva / Coordenação
4. Confirmar o interesse e indicar representantes	Secretaria Executiva / Coordenação
5. Confirmar a composição final da Câmara Nacional – titulares e suplentes	Secretaria Executiva / Coordenação
6. Publicar a Portaria de criação da Câmara Nacional	Secretaria Executiva / Coordenação
7. Orientar a execução do plano nacional: - Fechar o plano da castanha - Definir as formas e instrumentos de execução - Responsabilidades - Metas	Secretaria Executiva / Coordenação
8. Estruturar / fortalecer o espaço de articulação e de debate estadual – GT, Câmara, etc.	AC – Tony (Nilton Cosson) AM – Sérgio (Sila) AP – Eliseu (José de Ribamar) MT – Helen (José Aparecido) PA – Carlos (Cássio Alves) RO – Marcos (Jaime)
9. Realizar a 1ª reunião da Câmara Nacional	Secretaria Executiva / Coordenação
10. Estructurar os planos estaduais da castanha	AC – Tony (Nilton Cosson) AM – Sérgio (Sila) AP – Eliseu (José de Ribamar) MT – Helen (José Aparecido) PA – Carlos (Cássio Alves) RO – Marcos (Jaime)

Lista de Participantes do Workshop da Castanha-do-Brasil

Brasília 15 a 17 de junho de 2009

Nº NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	FONE(S)
01 - ADERVAL COSTA FILHO	MDS (DF)	aderval.costa@mds.gov.br	(61) 3433 1616 (61) 9321 0074
02 - AIRTON BENINI	COOPAVAN	coopavam@hotmail.com	(66) 3553 1690 (66) 9235 7134
03 - ALAN BOCCATO FRANCO	MMA	alan.franco@mma.gov.br	(61) 3317 1841 (61) 8116 8604
04 - ALEXANDRE SEABRA RESENDE	ABRAS	seabra.alexandre@terra.com.br	(61) 3327-1960 (61) 9981-0242
05 - ALINE LEÃO	GTZ	alineals@hotmail.com	
06 - NA CAUDIA FREITAS CHAVES	GTZ	ana.chaves@gtz.de	(61) 3322 8925 (61) 8195 3905
07 - ANA M.C EULER	EMBRAPA (AP)	anaeuler@cpafap.embrapa.br	(96) 4009 9501
08 - ANDREA AREAN ONCALA	MMA / SFB	andrea.oncala@florestal.gov.br	(61) 3307 7240 (61) 9987 2507
09 - ANTONIO MALVEIRA GOMES	ASPACS	malveiralbr@hotmail.com	(97) 3331 1453
10 - ARNOLDO DE CAMPOS	MDA / SAF	arnoldo.campos@mda.gov.br	(61) 2191 9860
11 - BRUNO C. FILIZOLA	MMA / DEX	bruno.filizola@mma.gov.br	(61) 3317 1592 (61) 8417 8188
12 - CARLOS DOS REIS LISBOA JUNIOR	SEBRAE (PA)	lisboa@pa.sebrae.com.br	(91) 3181-9041 (91) 8182-1502
13 - CELSO CUSTODIO DA SILVA	COOPERACRE	cooperacre@gmail.com	(68) 3456 3945 (68) 9966 8401
14 - CHRISTOPH TRUSEN	GTZ	christoph.trusen@gmail.com	(61) 8117-6732

15 - CLÁUDIA MARIA CALÓRIO	MMA	claudia-maria.calorio@mma.gov.br	(61) 3317 1841
16 - CLÁUDIA R. ATAÍDE DE PAULA SANTANA	MDA / SAF	claudia.paula@consultor.mda.gov.br	(61) 2191 9984 (61) 9697 7378
17 - CLAUDIO AUGUSTO PEREIRA	ICMBIO	Claudio-augusto.pereira@icmbio.gov.br	(61) 3341 9335 (61) 9602 1282
18 - DANIEL CARSALADE QUEIROGA	SEBRAE NACIONAL	daniel.queiroga@sebrae.com.br	(61) 3348 7193
19 - DANIEL CORREA CARVALHO	MDA / SRA	daniel.carvalho@mda.gov.br	(61) 2191-9762 (61) 8134 2787
20 - DIKISON ASFURY RODRIGUES	SEBRAE (AC)	dikison@ac.sebrae.com.br	(68) 3216 2314 (68) 8111 1892
21 - DIVANI FERREIRA SOUZA	MDA / SAF	divani.souza@mda.gov.br	(61) 2191 9963 (61) 8557 2122
22 - DOMINGOS JARI VARGAS	COOPERAGREPA	cooperagrepa@yahoo.com.br	(66) 3534 1049 (66) 9955 1427
23 - EDIVALDO PINHEIM ANDRADE	SEAPROF (AC)	edivaldo.andrade@ac.gov.br	(68) 9984 5988
24 - ELEKTRA ROCHA	WWF- BRASIL (AC)	elektra@wwf.org.br	(68) 3244 1705 (68) 8112 0074
25 - ELIZABETH TEBAR TURINI	CONAB	elizabeth.turini@conab.gov.br	(61) 3312 2275 (61) 9111 8894
26 - ELIZEU CARDOSO VIANA	COMAJA	elizeu.cardoso@bol.com.br	(96) 3251 5521 (96) 9117 9390
27 - FERNANDA BASSO ALVES	UICN	fernandabassalves@gmail.com	(68) 3244 1537 (68) 9961 4774
28 - FERNANDO LUIZ DE CHECCHI AMBROZIO	SFB (DF)	fernando.ambrozio@floresta.gov.br	(61) 33077243 (61) 8188-6874
29 - FRANCINE SOARES DA CUNHA	MMA	francine.cunha@mma.gov.br	(61) 3317 1588 (61) 9677 9788

30 - FRANCISCO EVARISTO	CASA FAMILIAR RURAL (PA)	casafamiliarruraltuc@yahoo.com.br	(94) 3787 2588 (94) 8136 4363
31 - FREDERICO SOARES MACHADO	UICN	fredericosm@ufla.br	(68) 32442537 (68) 9972 2228
32 - GEORGE SIMON	MAPA	george.simon@agricultura.gov.br	(61) 3218-2429 (61) 8133 8510
33 - GRAZIELA PORTO NASCIMENTO	GTZ	gpnascimento@gmail.com	(61) 3967 1656 (61) 8189 0848
34 - GUNTER VITERI	GTZ	gviteri2003@yahoo.es	(61) 3248 7866
35 - HELEN CAMARGO DE ALMEIDA	SEBRAE (MT)	helen.camargo@mt.sebrae.com.br	(65) 3648 1281 (65) 8419 8980
36 - HELIANDRO MAIA	GTZ	heliandro.maia@gtz.de	(92) 8128 6990
37 - HÉLIO SILVA PONTES	SFB (DF)	helio.pontes@florestal.gov.br	(61) 3307-7243 (61) 8102-0200
38 - HÉTEL L LEEPKALN DOS SANTOS	MMA	hetel.santos@mma.gov.br	(61) 8157-4224
39 - HUMBERTO COBO PENNACCHIO	CONAB	humberto.pennacchio@conab.gov.br	(61) 3312 6263 (61) 8425 8915
40 - IGOR TEIXEIRA	SAF/MDA	igor.teixeira@consultor.mda.gov.br	(61) 2191 9788 (61) 9118 1219
41- JOAO DA MATA NUNES ROCHA	ICMBIO	joao.rocha@icmbio.gov.br	(61) 3341 9330 (61) 9965 6553
42 - JOÃO PAULO MORITA	MMA	joaopmorita@hotmail.com	(61) 81417320
43 - JORG ZIMMERMANN	PNUD	zimmermann.jorg@gmail.com	(61) 3485-9816 (61) 9983 6546
44 - JOSÉ ADELMAR BATISTA	MDA / SAF	jose.batista@mda.gov.br	(61) 2191 9935 (61) 9333 8870

45 - JOSE GABRIEL PESCE JR	MODERADOR	jgpescejr@globo.com	(11) 2275 8578 (11) 8244 8634
46 - KATIA SOUZA	ICMBIO	kátia.souza@icmbio.gov.br	(61) 3401 9334
47 - KONSTANTIN OCHS	GTZ	konstantin.ochs@gtz.de	
48 - LADJANE CAPORAL	GTZ	ladjane.ramos@gtz.de	(61) 8102 5557
49 - LEONEL GRAÇA GENEROSO PEREIRA	MMA	leonel.pereira@mma.gov.br	(61) 3105 2130 (61) 9618 0068
50 - LÚCIA HELENA O. WADT	EMBRAPA (AC)	lucia@cpafac.embrapa.br	(68) 3212 3259 (68) 8111 0012
51 - LUCIANA DOS A. REIS	MMA	luciana.reis@mma.gov.br	(61) 3317 1843 (61) 9281 5170
52 - LUCIANA ROCHA DE MENDONÇA	GFA / GTZ	lurocha@usp.br	(61) 8107 0608
53 - LUIS ROBERTO CARRAZZA	CENTRAL DO CERRADO	luis@ispn.org.br	(61) 3327-8085
54 - LUIS RENATO CINTRA LOPES	MMA	luis.lopes@mma.gov.br	(61) 9804 9395
55 - LUISA RESENDE ROCHA	MMA / SBF	luisa.rocha@mma.gov.br	(61) 3273 3222 (61) 9643 6147
56 - LUIZ ARMANDO ERTHAL	ANVISA	luiz.erthal@anvisa.gov.br	(61) 9973 3522
57 - LUIZ CARLOS REBELATTO DOS SANTOS	GTZ	luiz.rebelatto@gtz.de	(61) 2191 9949 (61) 8133 1555
58 - MAGNA CUNHA DOS SANTOS	GTZ	magna.cunha@gtz.de	(68) 3223 1806 (68) 8111 1229
59 - MAÍRA DE SIEQUEIRA IANUCK DE LIRA	MDA / SAF	maira.ianuck@mda.gov.br	(61) 2191 9946 (61) 9207 6530
60 - MANOEL MONTEIRO DE OLIVEIRA	COOPERACRE	manoel_coop@hotmail.com	(68)3221-7164 (68)9985-0797

61 - MARCELO DORNAS BRESOLIN	MDA / GTZ	marcelobresolin@gmail.com	(61) 3468 8667 (61) 8436 8667
62 - MARCELO NUNES	GTZ	florestando@hotmail.com	(92) 3237 8872 (92) 8128 7029
63 - MÁRCIA MUCHAGATA	IBAMA SEDE	marcia.muchagerta@florestal.gov.br	(61) 3307 7238 (61) 9985 3174
64 - MARCOS ROBERTO DE OLIVEIRA	PROJETO RECA	marcoveira12@hotmail.com	(69) 3253 1046
65 - MARIA SUELY GOMES BENLOLO	COVEMA	covemamanicore@hotmail.com	(97) 3385 2293 (92) 9964 6128
66 - MARIA VIRGINIA DE A. AGUIAR	MDA / SAF / DATER	maria.aguiar@mda.gov.br	(61) 2191 9605 (61) 8166 5859
67 - MARINA KOBAYASHI	ABIHPEC	marina@abihpec.org.br	(11) 3372-9886 (11) 9613-0803
68 - MONIKA ROPER	GTZ	monika.rocpcs@gtz.de	(61) 3105 2083 (61) 9654 2446
69 - OSCAR H.P BORREANI	ICMBIO	oscarbxy@yahoo.com.br	(61) 3202 2651 (61) 8182 0237
70 - OTACILIO FRANÇA ALVES	ASMACARÚ	jralmeida@fundacaoorsa.org.br	(91) 3735 1140 (93) 9141 2588 (Rafael)
71 - PAULO HENRIQUE DE MORAIS	CENTRAL DO CERRADO	paulinho@centraldocerrado.org.br	(61) 3327-8489 (61) 8124 6572
72 - PAULO R. A. COUTINHO	CONAB	paulo.coutinho@conab.gov.br	(61) 3312 6394
73 - PERICLES DINIZ FERREIRA DE CARVALHO	SEBRAE (PA)	pericles@pa.sebrae.com.br	(91) 3181 9046 (91) 8182 0271 (91) 9152 4059
74 - PLÁCIDO COSTA JUNIOR	PNUD (MT)	placidocosta@terra.com.br	(65) 3025 4331 (65) 9803 9377
75 - RENATO CAIXETA	INCRA	renato.caixeta@incra.gov.br	(61) 3411 7105 (61) 8135 0939

76 - ROBERTA MARINS DE SÁ	MDA / SAF	roberta.sa@mda.gov.br	(61) 2191 9984 (61) 8157-2556
77 - RODRIGO ALMEIDA NOLETO	MMA	rodrigo_noleto@uol.com.br	(61) 3264 3838 (61) 8119 3907
78 - ROGERIO NEUWALD	CONAB	Rogério.neuwald@conab.gov.br	(61) 3264 2208 (61) 3467 3603
79 - SANNY COSTA SAGGIN	Sec. Extra. Proj. Estrat. (MT)	sannysaggin@mtregional.mt.gov.br	(65) 3613 4500 (65) 9983 2180
80 - SERGIO CANTUÁRIA	GTZ	sergio.cantuaria@gtz.de	(61) 3105 2151 (61) 99997627
81 - SERGIO CORDIOLI	CORDIOLI/GTZ	cordioli@portoweb.com.br	(51) 3366 0444 (51) 8155 9746
82 - SERGIO GONÇALVES	IDAM / AMAZONAS	sgoncalves@ufam.edu.br	(92) 3237 4853 (92) 9996 3142
83 - SERGIO LUIS FELTRACO	MDA/SAF	sergio.feltraco@consultor.mda.gov.br	(61) 3961 6419 (55) 9962 8396
84 - SILA MESQUITA	SEC. DE FLORESTAS E EXTRATIVISMO	sila@sds.am.gov.br	(92) 3642 4755 (92) 9981 4248
85 - TASSILA KIRSTEN FERNANDES	GTZ	tassilak@gmail.com	(61) 9298 9998
86 - TATIANA A. BALZON	DFDA (AC)	tatiana.balzon@mda.gov.br	(68) 3223-1713 (68) 9229-5991
87 - TONY JOHN DE OLIVEIRA	SEAPROF	tony.oliveira@ac.gov.com.br tony.seaprof@gmail	(68) 3226-1365 (68) 9985-2550
88 - VALDÉ CORDEIRO DA SILVA	AIPAAM	unipi.msa@gmail.com	(92) 9961 8455 (92) 8835 7074
89 - VICTOR LARGURA SINGH	ICMBIO	victorlargurasingh@yahoo.com.br	(61) 3341 9330 (61) 9926-8874
90 - WAGNER A. FISCHER	MCT	wagner.fischer@mct.gov.br	(61) 3317 7445 (61) 8131 6361

91 - WALDICLEI ALVES DAS MERCÊS	ASMACARÚ	jralmeida@fundacaoorsa.org.br	(93) 4400 7802 (93) 9141 2588 (Rafael)
92 - WILLIS VIEIRA MERIGUETE	ADS	willis_meriguete@hotmail.com	

MEMÓRIAS DAS REUNIÕES DE COORDENAÇÃO DO PNPSB

Reunião da Coordenação Plano 26/06/2009

Data: 26/06/2009 (sexta- feira)

Local: Sala Dater/MDA – 6 andar (prédio do Incra)

Horário: 09h00 às 12h00

Participantes: José Batista, Roberta e Arnoldo (MDA), João e Rodrigo Noleto (consultores castanha do Brasil e babaçu), Paulo Coutinho (Conab), Marcus Villarim(MDS), Hétel, Alan e Cláudia Calorio (MMA)

Pauta:

1. Informes: Wal Mart, Sala Andes Amazônia, Sala Caatinga Cerrado, Feira da AF, Reunião GT contaminantes Anvisa
2. Avaliação workshop castanha do Brasil;
3. Portaria Interministerial – em tramitação;
4. Nova portaria/Câmara Setorial – definir encaminhamentos;
5. Aviso Interministerial – babaçu;
6. Rede de Serviço;
7. Diálogo Setor empresarial/gestão (organograma);
8. Mutirão Arco Verde;
9. Plano Operacional do mutirão Dap – Castanha e babaçu;
10. Agendas Consultores;

1. Informes:

Rede Wal Mart, Hétel informou que num evento em São Paulo, essa rede assinou um compromisso de pactos pela sustentabilidade. Com esse compromisso, a rede estará buscando construir uma nova proposta de suprimento do futuro. Essas novas bases se apóiam em princípios de sustentabilidade, que levam em conta processos e produtos que considerem a preservação do meio ambiente, o desenvolvimento social e o desempenho saudável do negócio. Os pactos assinados foram referentes soja, madeira e carne. Hétel ficou de socializar essas pactos com a coordenação. Em relação ao plano para a castanha do Brasil, ainda não houve nenhuma resposta ao que foi apresentado por José Batista num mesa redonda para os fornecedores da rede, em um evento realizado no mês passado em Brasília.

Sala Andes Amazônia – Cláudia Calório informou que essa ação sempre foi proposta pelo MMA e que a OTCA (Organização Tratado de Cooperação Amazônia) vem atuando como suporte na organização. Que a próxima sala está sendo construída numa proposta que considera a cadeia produtiva e planejada a partir de 4 espécies amazônicas – entre elas a castanha do Brasil e o cupuaçu e uma espécie andina). Também estão programando um fórum para castanha e um espaço para rodada de negócios. No início, o MMA pensou nessa sala como um espaço de debate e de exposição dos produtos da Amazônia, e mais tarde, a GTZ quis propor que essa sala fosse incorporada no âmbito da OTCA e nas discussões de bio comércio. Que essa proposta não foi bem vista junto ao Itamarati e que o tema é polêmico. Comentou que é preciso pensar numa forma de gestão onde os grupos tenham mais autonomia. Também propôs um diálogo junto a coordenação do Plano da Sociobiodiversidade para ver do interesse em participar desse espaço, ou se o Plano irá trabalhar só com castanha ou incluir outros produtos. Esse ponto ficou para ser discutido mais tarde num momento específico. Arnoldo, relatou que está sendo discutida no âmbito da REAF (Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar) uma proposta de criar um selo para a AF no Mercosul. Cláudia propôs que a coordenação marque uma conversa sobre esse assunto e posteriormente uma reunião ampliada envolvendo Fida (Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura), REAF , OTCA. Cláudia comentou que existe a possibilidade de contratar uma pessoa pela OTCA para acompanhar essa discussão e prestar assessoria a esse tema. O MMA com Rodrigo e Bruno, ficaram de preparar uma proposta para apresentar na próxima reunião da coordenação e de puxar essa discussão. Rodrigo propôs que essa ação inclua também a iniciativa caatinga cerrado. Arnoldo lembrou que essa iniciativa é do setor privado e que isso dificulta as propostas do plano, mas ficou de ver se o grupo de gestão dessa iniciativa tem interesse em aprofundar essa discussão. Sugeriu que seja convidado a assessoria internacional do MDA e o MMA ficou de trazer alguém da OTCA para apresentar uma proposta de trabalho para subsidiar essa reunião.

Sala Caatinga Cerrado – Roberta informou que está aberto o edital para participar da sala. Cláudia propôs que na próxima sala fosse pensado num espaço para a cadeia do babaçu e também de apresentar a proposta do Plano Nacional que trabalha nessa perspectiva. O MDA ficou de agendar uma bilateral com a iniciativa caatinga cerrado e ver a possibilidade.

Feira da AF – A proposta na feira é de destacar os biomas incluindo as cadeias do Plano, castanha do Brasil e babaçu. Existirão 3 tipos de estandes: coletivo – tradicional; temáticos e especiais e redes de comercialização e de serviços. O plano será destacado dentro dos espaços para os empreendimentos da sociobiodiversidade, que nesta feira, terá como tema a Amazônia. O grupo destacou que nesse caso, seria mais interessante manter nesse espaço somente os empreendimentos da Amazônia Legal, mas entende que essa é uma decisão que cabe ao MDA. José Batista pediu que a coordenação ajude na divulgação. Rodrigo ficou de ajudar divulgando, por e-mail ou telefone, os editais e pedir que os empreendimentos façam sua inscrição. Zé ficou de fornecer ao Rodrigo, a lista dos empreendimentos que já se inscreveram.

GT contaminantes – Roberta participou da reunião do GT de Contaminantes em Alimentos, coordenado por Ligia Lindner Schneider, da Gerência Geral de Alimentos da ANVISA. O grupo, formado por especialistas na área de análise de alimentos, discute e subsidia a posição brasileira no *Codex Alimentarius*.

Já existe um documento aprovado no Codex, relacionado a todas as castanhas (amêndoas, avelãs e pistaches), e o grupo brasileiro propôs, na última reunião do Codex, em março de 2009 na Holanda, um documento específico para a castanha do Brasil, incluindo adaptações ao código de práticas, limites máximos de aflatoxinas e plano de amostragem. O documento não foi discutido, e será apresentado na próxima reunião do CODEX, no início de 2010.

A adequação do código de práticas está sendo proposto tomando por base os estudos da pesquisadora sueca Monica Olsen e os resultados do projeto SafeNut (<http://stdf-safenutproject.com/homeport.html>). O prazo para o grupo determinar as alterações que serão defendidas no Codex é outubro/2009 e a próxima reunião do GT será em meados de agosto. A coordenação do grupo sugeriu que o Plano Nacional da Sociobiodiversidade contribua com a discussão fornecendo informações:

qual o código de práticas que os extrativistas utilizam atualmente e como este se relaciona com o código de práticas proposto pelo Codex?

As alterações que estão sendo propostas no código de práticas, com base no SafeNut, estão adequadas?

Existem outras alterações que poderiam ser propostas?

Em relação aos pontos limites máximos e planos de amostragem, a proposta da coordenação do GT é de que se intensifique o controle interno e que se flexibilize o controle internacional. A redação do documento relativo aos limites máximos ficou como responsabilidade da Dra Heloisa (UnB) e em relação ao plano de amostragem ficou como responsabilidade do MAPA. O documento será novamente discutido na próxima reunião do GT, em agosto.

Cláudia propôs que a coordenação faça uma nova bilateral com Anvisa sobre as questões relacionadas a elaboração de um manual de boas práticas. A proposta é de discutir com a Anvisa, os temas que atendam a legislação brasileira, como: os padrões técnicos e sanitários, incluindo as estruturas de laboratório. Arnoldo, sugeriu que antes disso, Rodrigo faça um levantamento referente ao estado da arte da castanha do Brasil e derivados, no que diz respeito ao marco legal, aspectos sanitários e laboratoriais e que para isso seria bom consultar alguns técnicos para ajudar nessa proposta. Após isso, é que faríamos uma conversa mais propositiva com a ANVISA.

BNDES - Marcus comentou a necessidade da coordenação apresentar o Plano da Sociobiodiversidade em uma Reunião no RJ agendada para o dia 30 de julho. Cláudia e Arnoldo ficaram de participar desse momento. Marcus Também comentou que nas próximas semanas, o MDS estará contratando 2 pessoas para compor a equipe que irá acompanhar o Plano da Sociobiodiversidade pela sua secretaria e mais uma pela secretaria que trabalha com o PAA.

Lançamento do plano safra – 28 de julho. Cuidar para não ser agendado nada nessa data.

3. Portaria Interministerial em tramitação – Arnoldo informou que a mesma se encontra sob a responsabilidade do MDA e tirou como indicativo de prazo para ir para a publicação até a próxima sexta feira (03/07).

4. Aviso Interministerial do babaçu – MDA fará o encaminhamento desses avisos, aos estados do MA, TO e PI sem que passe pelas outras jurídicas.

Cláudia propôs que dependendo do interesse demonstrados pelos governos da BH e do CE que trabalham carnaúba e piaçaba, onde o MMA possui APLs, que a coordenação considere a possibilidade ampliar e de envolver esses grupos nessas discussões junto ao plano para a cadeia do babaçu. Arnoldo comentou que devemos priorizar áreas maiores, mas que devemos aguardar para ver do interesse desses estados em se envolver nesse processo para então a coordenação pensar em como tratar essa questão.

Workshop babaçu - Proposta de fazer as bilaterais com os estados durante o mês de julho e de realizar o workshop do babaçu no final do mês de agosto no estado do Maranhão. Hétel comentou que a GTZ – Programa Nordeste, já demonstrou interesse em ajudar nas ações do Plano da Sociobiodiversidade para o Babaçu, o que seria muito importante para agilizar todas as contratações necessárias para o evento. Caso contrário, isso demandará mais tempo por parte dos ministérios. Hétel e Roberta ficaram de fechar o relatório referente a prestação de contas do workshop da castanha e a coordenação ficou de agendar uma conversa com Ingo – diretor da GTZ programa nordeste, para ver a possibilidade de contarmos com esse apoio e parceria para esse evento.

Marcus, sugeriu que seja feito uma ligação do diagnóstico do babaçu, e também da castanha, com os eixos de atuação do Plano Nacional, para avaliar melhor essas ações e propostas. A coordenação propôs que esse exercício seja feito até o dia 03/07. Hétel ficou de montar uma proposta a partir de um exercício realizado pela Francine e subsidiar os consultores da castanha e do Babaçu.

5. Nova portaria/Câmara Setorial – Hétel ficou de encaminhar proposta e agendar uma reunião com os técnicos e uma com a coordenação para fechar essa questão.

6. Rede de Serviço – Arnoldo apresentou uma proposta de um encontro para esse tema, para os dias 19 e 20 de agosto em Brasília. A proposta é que o encontro seja para as duas cadeias produtivas. Roberta ficou de encaminhar a coordenação essa proposta incluindo uma sugestão de lista dos convidados (60 a 80 convidados) para que a coordenação opinar. Cláudia sugeriu que os Consultores voltem aos materiais dos seminários regionais e nacional para montar a proposta da lista dos convidados e também rever as demandas relacionadas ao tema, para as duas cadeias.

Cláudia – propôs que a coordenação pense em contratar uma assessoria de imprensa específica para promover as ações do Plano Nacional da Sociobiodiversidade, caso contrário, corremos o risco de continuarmos sem projeção.

7. Mutirão Arco Verde - Hétel informou que montou uma proposta juntamente com Roberta e que encaminhou para o ponto focal no MDA e responsáveis pelo tema (Mônica e Márcio Hirata). Que solicitou que nos mutirões fossem destinados vagas para 15% ao público extrativista/dia tanto para emissão de DAP como para retirada de documentação. Sugeriu que o Arnoldo faça uma conversa mais política com o Márcio Hirata para ver se é possível

aumentar esses números para atender ainda mais esse público. Hétel e Roberta, ficaram de continuar esse levantamento, estendendo a todos os municípios que o plano irá contemplar para castanha e para o babaçu, para subsidiar a organização dos mutirões de DAPs.

Encaminhamentos:

Próxima reunião da coordenação - dia 01/07 às 15h30 no MMA.

Proposta de Pauta:

- Diálogo Setor empresarial/gestão (organograma);
- Plano Operacional do mutirão Dap – Castanha e babaçu;
- Agendas Consultores – próximos passos;
- Proposta Câmara Setorial e portaria

Quadro Ações/Responsáveis:

Ação	Responsável/ Colaborador(es)	Prazo
Socializar pactos ambientais com a coordenação	Hétel	Próxima semana
Elaborar documento referente a castanha e babaçu relacionando com os eixos do Plano Nacional – para dia 03/07.	Hétel/Equipe Técnica	Até próxima reunião coordenação
Encaminhar proposta Nova Portaria/Câmara Setorial	Hétel/Equipe Técnica	Até próxima reunião coordenação
Organizar uma proposta sobre Sala Andes Amazônia e de organizar uma reunião ampliada com representantes da FIDA, REAF, OTCA para discutir o tema	Rodrigo Noleto	Próximas reuniões da coordenação
Ajudar na divulgação da Feira da AF	Rodrigo Noleto	Próxima semana
Fazer um levantamento sobre o estado da arte da castanha do Brasil e derivados incluindo marco legal, aspectos sanitários e laboratoriais;	Rodrigo Noleto	
Agendar uma bilateral com Anvisa para a elaboração de um manual de boas práticas.	Rodrigo Noleto	
Agendar uma bilateral com a iniciativa caatinga cerrado e ver a possibilidade de que esse trabalho considere a perspectiva de cadeia produtiva para a cadeia do babaçu nas exposições da sala.	Arnoldo	
Reunião com o BNDS/RJ - dia 30 de julho incluindo Cláudia Calório.	Arnoldo/ Cláudia Calório	
Acompanhar a tramitação da Portaria Interministerial -	Secretaria Executiva	03/07/09

Encaminhar o Aviso Interministerial do babaçu para MA, TO e PI.	Secretaria Executiva	
Agendar uma conversa com Ingo – diretor da GTZ programa nordeste, para ver a possibilidade de apoio e parceria para o workshop do babaçu.	Secretaria Executiva	
Encaminhar proposta Rede de Serviço para coordenação contribuir	Roberta	
Fazer um relatório prestação de contas do workshop da castanha	Roberta/Hétel	Próxima semana

Agendas

Encontro Rede de Serviço: 12 e 13 de agosto em Brasília.

30/07 Reunião BNDES

Workshop babaçu – ultima semana de agosto

28/07 – Lançamento Plano Safra

Reunião da Coordenação do Plano 01/07/2009

Data: 01/07/09

Horário: 15h30

Local: MMA, Bloco B, 7º andar, sala pequena junto ao gabinete do Secretário.

Participantes:

Nome	Entidade
Claudia Maria Calorio	SEDR/MMA
Hetel Leepkalin dos Santos	DEX/MMA
Ianelli S. Loureiro	CONAB
João Paulo Morita	PNPSB - Consultor
José Adelmar Batista	SAF/MDA
Marcus Vinicius Villarim	SAIP/MDS
Paulo Coutinho	CONAB
Roberta Marins de Sá	PNPSB - Consultora
Rodrigo Noleto	PNPSB - Consultor

Pauta:

- Informes: aviso interministerial babaçu, portaria interministerial, relatório financeiro do workshop da castanha, proposta do encontro da Rede de Serviços
- Diálogo Setor empresarial/gestão (organograma);
- Plano Operacional do mutirão Dap – Castanha e babaçu;
- Agendas Consultores – próximos passos;
- Proposta Câmara Setorial e portaria

Desenvolvimento da Reunião:

INFORMES

- Ofício Ministerial para as reuniões bilaterais do babaçu: Foi encaminhado para o gabinete do Ministro do MDA e deve ser assinado e encaminhado para os Estados esta semana.

- Portaria Interministerial em tramitação: A Secretaria Executiva do MDA informou que o documento já estava assinado e que estava encaminhando para a Secretaria Executiva do MMA. Após a reunião da coordenação, José Batista entregou a portaria em mãos Marcus Villarim.

Relatório financeiro do workshop da castanha: foi apresentado para a coordenação, juntamente com uma proposta inicial para o workshop do babaçu, para ser apresentada para a GTZ.

João informou que fez contato com alguns locais para realização do workshop em São Luis. Também preparou uma outra proposta financeira para a realização do evento.

Claudia propôs estabelecer o prazo máximo para obtermos uma resposta da GTZ e caso contrário se inicia o processo pelo PCT do Plano. Ficou estabelecida a data limite de 15/07.

Marcos Villarim sugeriu o convite à Fundação Mussambê, do Ceará, que desenvolveu uma máquina para a quebra do babaçu. Neste sentido, Claudia também sugeriu o convite ao Governo do Estado do Ceará para participar do workshop (sem realização de bilaterais com o Estado), pois eles já estão realizando outras atividades relacionadas à Sociobiodiversidade (cadeia da carnaúba). Hetel fará uma apresentação do Plano Nacional na Feira da Agricultura Familiar do Ceará na próxima sexta feira (02/07) e poderá fazer o convite ao governo do Estado.

Rede de Serviços:

Roberta informou que recebeu as contribuições do MDS e MMA para a proposta do encontro da Rede de Serviços, e ainda falta a contribuição da CONAB. Paulo Coutinho não recebeu o documento, que será encaminhado novamente.

Hétel informou que a equipe técnica do MMA, juntamente com o consultor da castanha (Rodrigo Noleto) fez uma discussão sobre os resultados dos trabalhos de grupo do workshop da castanha relacionados aos gargalos de responsabilidade deste ministério, e apresentaram as contribuições à proposta do encontro da rede de serviços com base nesta discussão. Sugeriu então que se utilize o mesmo procedimento para os outros gargalos. Rodrigo vai entrar em contato com Marcus Villarim e Paulo Coutinho para agendar a discussão.

Claudia afirmou a necessidade de termos claro qual o produto final deste encontro, o que se espera da rede de serviços. O encontro tem que ir além da apresentação do plano, tem que ter resultados e comprometimento da rede.

Encontro da UNICAFES:

Roberta apresentou à Coordenação o convite da UNICAFES para apresentação do PNPSB no I Encontro Nacional das Cooperativas de Produção e Comercialização da Agricultura Familiar e Economia Solidária, no dia 06/07 no período da manhã.

Ficou definido que Hétel Santos fará a apresentação do Plano e a representação política será do Rogério Neuwald (Conab) ou Julio (MMA), de acordo com disponibilidade de agenda.

A UNICAFES também solicitou uma reunião com a Coordenação do Plano, na semana de 13 a 17 de julho. Nesta semana poderão participar Claudia Calório e José Batista ou Arnoldo.

DIÁLOGO COM SETOR EMPRESARIAL

Claudia explicou que há um consultor contratado pelo Plano para desenvolver as atividades junto ao setor empresarial. A proposta inicial era criar um Fórum do Setor Privado dentro do Plano. Entretanto, esta idéia não foi bem aceita pelas associações comerciais e empresas. A sugestão foi utilizar o Fórum Amazônia Sustentável para discussão das ações do Plano. Inclusive, já foi criado um GT de Sociobiodiversidade dentro do Fórum.

Propôs-se que o consultor faça uma apresentação das atividades desenvolvidas e avanços para a Coordenação do Plano. O indicativo é nos dias 20 ou 21 de Julho, a ser confirmado com o

consultor. Antes da apresentação, os produtos já apresentados pelo consultor serão socializados.

Plano Operacional do mutirão DAP – Castanha e Babaçu.

- João expôs que serão realizadas oficinas do PAA, promovidas pelo MMA e CONAB e que estes poderiam ser espaços interessantes para um mutirão de emissão de DAP. Paulo Coutinho não gostaria de misturar as oficinas, mas informou que o levantamento do público a ser atendido, que está sendo realizado como preparação às oficinas, pode ser um ponto de partida.

Ianele relatou a situação no estado do Maranhão está muito complicada. As EMATERS não estão emitindo DAP no estado. A proposta é que as quebradeiras fariam um cadastro, já que não tem condições de emissão. A CONAB do MA gostaria de operar o PGPM desta forma. A DAP-P não estava no sistema. Verificará com as regionais

Hétel informou que já havia realizado uma conversa com o MIQCB sobre as possibilidades para emissão de DAP. Uma das questões é o levantamento dos municípios, que não refletem onde está a produção de babaçu. Neste sentido, José Batista afirmou que é preciso entender onde estão os problemas para serem resolvidos.

Claudia informou que o MMA está preparando uma proposta sobre esta questão e vai propor uma reunião com o MDA sobre o assunto.

Paulo sugeriu trabalhar as áreas prioritárias e concentrar as informações. A CONAB vai preparar uma listagem de onde estão as DAPs específicas para os extrativistas seria um avanço.

Agenda dos consultores

Roberta informou que os consultores têm uma agenda permanente de reuniões nas sextas feiras, para discutir os avanços e pensar nas atividades da próxima semana.

Os consultores apresentaram a matriz de atividades, mas ficou estabelecido que este material seria socializado com o restante da equipe técnica para avaliação e colaboração.

Claudia sugeriu que se faça um detalhamento do que se quer de cada produto constante do termo de referência, para facilitar o entendimento dos consultores. Também acredita que o papel da Roberta deve ser de monitoramento, e deve incluir também o monitoramento das atividades nos Estados como resultado dos workshops.

José Batista concorda que é importante criar um e-mail genérico para o grupo técnico do Plano, que poderia ser administrado pela Roberta. Claudia acha que é preciso contratar uma assessoria de imprensa específica para o Plano, e solicitou que se monte um termo de referência para este fim.

Proposta da Câmara Setorial e Portaria.

Hétel informou que o relatório do workshop da castanha está muito pouco trabalhado e propôs um relatório executivo, para ser disponibilizado no site e no e-grupo que será criado para os participantes do workshop. A equipe técnica irá ler o documento e sugerir alterações até sexta feira (10/07). Para substituir as apresentações, que estão incluídas no relatório sem análise crítica, será solicitado um resumo técnico a cada um dos palestrantes.

Segundo Claudia, não houve grande polêmica sobre a composição da Câmara Setorial. O ponto principal que deve ser discutido é a inclusão da FUNAI e COIAB, que foi uma sugestão recorrente. No caso da FUNAI, não foram realizadas bilaterais.

Hetel irá colocar somente as sugestões para formação da câmara setorial em um documento e socializar com a coordenação, para que se façam as considerações.

Reunião da Coordenação do Plano 21/07/2009

Data: 21/07/09

Horário: 14h30

Local: MMA, Bloco B, 7º andar, sala grande junto ao gabinete do Secretário.

Participantes:

Nome	Entidade
Arnoldo de Campos	SAF/MDA
Hétel Leepkahn dos Santos	DEX/MMA
Martha Helena G. de Macedo	Sugof/Gebio/CONAB
João Paulo Morita	PNPSB - Consultor
José Adelmar Batista	SAF/MDA
Marcus Vinicius Villarim	DAIG/SAIP/MDS
Paulo Coutinho	CONAB
Roberta Marins de Sá	PNPSB - Consultora
Alan Boccato	DEX/MMA
Kelma C. M. S. Cruz	CONAB

Pauta:

1. Informes

Congresso Extrativistas

DAP

Unicafes

Iniciativa Caatinga Cerrado e Exposustentat

BNDES

2. Câmara Setorial da Castanha do Brasil

Composição da Câmara

Tramitação da Portaria

Assessoria Jurídica

3. Babaçu - bilaterais e workshop

Bilaterais TO, PI, MA

Solicitação CE

Workshop (definição da data e local)

4. Rede de Serviços

Definição da Data

Lista de Participantes

Programação

1. Informes:

Encontro Nacional da Unicafes:

Hetel Santos apresentou o Plano Nacional dos Produtos da Sociobiodiversidade, onde estavam presentes muitos associados de todas as regiões brasileiras. Alguns já conheciam o Plano Nacional, pois participaram de alguma forma dos encontros que já ocorreram: seminários regionais, seminário nacional, Workshop da Castanha do Brasil.

Solicitaram no encontro uma reunião bilateral com a Coordenação do Plano Nacional

A reunião bilateral está marcada para o dia 23/07 na sala de reunião do MDA/ DATER (dois diretores e dois técnicos da Unicafes participarão da reunião).

FUSAMA:

Dois representantes da entidade estiveram presentes no encontro nacional da Unicafes e apareceram no MMA para dizer que têm interesse em participar da Rede de Serviços, têm interesse em colocar o pólo de formação deles a disposição, que fica localizado em Pernambuco.

Comentário Arnoldo: levantar mais informações sobre a entidade, se a atuação for restrita a PE, não daria para participar do processo.

Sala Caatinga Cerrado:

Não houve ainda uma bilateral com a iniciativa Caatinga & Cerrado.

Nos dias 28 e 29/07 ocorrerá uma reunião da Sala para a seleção dos empreendimentos inscritos na Expo Sustentat. O dia 28 está reservado para assuntos mais gerais e o dia 29 será dedicado efetivamente para a seleção dos empreendimentos que participarão da Feira Expo Sustentat, que ocorrerá em SP no mês de outubro.

O Edital lançado é para a inscrição de 24 empreendimentos. O prazo para recebimento de propostas foi ampliado até o dia 20/07. Pelo menos duas vagas das 24 já estavam reservadas para o babaçu, mas aparentemente até o dia 20/07 não havia nenhum empreendimento de babaçu inscrito para participar da Feira.

Dia 28/07 no período da tarde será realizada a reunião bilateral com a iniciativa. Irão participar José Batista e João Morita.

BNDES:

- A reunião ocorrerá no dia 31 de julho, às 14:30hs no Rio de Janeiro. Marcus Villarim irá encaminhar os convites oficiais, inclusive para a CONAB.

- Objetivo da reunião da Coordenação do Plano com o BNDES: apresentar o Plano Nacional dos Produtos da Sociobiodiversidade para iniciar a discussão de como o Plano poderia acessar os recursos do Fundo Amazônia ou qualquer outro tipo de fomento oferecido pelo BNDES. Os técnicos do BNDES querem entender como é que funciona o Plano.

- Técnicos devem fazer um levantamento e redigir um breve documento para subsidiar a reunião da Coordenação com o pessoal do BNDES: sistematizar os gargalos (de fomento, estruturas ...) que podem ser ligados ao Fundo Amazônia ou outros apoios do BNDES. Deve ser enviado à Coordenação até o dia 29/07.

Comentário Marcus: vai marcar uma conversa com a diretoria da Finep, que financia pesquisas.

Congresso dos Extrativistas:

Participaram do Congresso: Claudia Calorio e Julio Pinho (MMA), Silvio Porto e Ianelli Loureiro (CONAB), Roberta Sá (Consultora do Plano) como observadora e Cassio Trovatto (MDA).

Os trabalhos e discussões foram realizados nos grupos de trabalho, separados por temas. Dentre os temas, os que mais tem relevância para o Plano foram PAA, PGPM e Assistência Técnica.

Como resultado dos trabalhos em grupo foi redigido um documento com propostas e demandas, que será enviado oficialmente ao Governo Federal. Roberta trouxe um documento provisório, com a parte relacionada com os assuntos PAA, PGPM e Assistência Técnica, para subsidiar uma reunião com o Secretário da Agricultura Familiar do MDA.

Comentário Roberta e Zé Batista: a partir deste documento provisório houveram vários desdobramentos dentro do MDA. Cássio Trovatto (MDA/DATER), organizou uma reunião com o Secretário da Agricultura Familiar do MDA, Adoniram Peraci Sanches, Jackson Nagornni (DAP) e Argileu Martins da Silva (Diretor do DATER) sobre o que houve no Congresso e quais as demandas do CNS. Como encaminhamento foi realizada uma reunião com técnicos do INCRA (encaminhamentos em anexo).

Comentário Arnoldo: O CNS deveria entregar essa pauta de reivindicações na Secretaria Geral da Presidência da República, pois daria força política para o movimento perante aos Ministérios. Poderiam solicitar até uma audiência com o Presidente para entregar a pauta. Nada impediria que depois pudessem ocorrer conversas com os Ministérios em separado. Seria interessante que o MMA orientasse o CNS neste procedimento.

DAP:

- O gabinete da SAF está programando uma reunião de trabalho que vai contar com a participação de lideranças de comunidades tradicionais, ICMBio, INCRA, DATER, EMATERs para dar encaminhamentos concretos a essa questão.

- O Incra propôs uma mobilização em cada estado com representantes das Superintendências, SAF, EMATER e lideranças para articular a ação.

- MMA discutiu adequações à DAP e ao Manual e entregou uma nota técnica solicitando alterações para a Secretaria de Agricultura Familiar.

- MMA produziu spots de rádio falando sobre DAPs, PAA, PGPM (Com a participação do Jackson do MDA e Ianelli da CONAB) para serem distribuídos nas rádios da Amazônia.

Em relação aos problemas com a emissão da DAP atuais, é preciso qualificar a demanda e identificar os problemas.

As demandas dos estados devem ser canalizadas para a Roberta de forma qualificada: qual o local, qual o problema, quem emite, qual a pessoa de contato

2. Câmara Setorial

- Composição da Câmara:

Hétel vai editar o texto da minuta da portaria com a composição da Câmara discutida na reunião e enviar para a coordenação.

- Tramitação da Portaria:

A tramitação deverá ser pelos 3 ministérios, de acordo com o Artigo 3 Parágrafo III, da Portaria Interministerial 239, de 21 de Julho de 2009.

Na nova Portaria, corrigir o Parágrafo III, colocando a criação das próximas câmaras setoriais como atribuição da Secretaria Executiva.

Incluir na mesma portaria a inclusão da CONAB na coordenação do Plano Nacional.

- Assessoria Jurídica ao Plano:

A elaboração dos documentos era responsabilidade da Francine, que não está mais no MMA. Zé Batista e Arnoldo irão conversar com a consultoria jurídica do gabinete do DEGRAV/SAF para este apoio.

- Com a publicação da portaria (21/07/2009) que implementa o Plano, o MDA deve enviar um aviso interministerial solicitando a indicação dos nomes para compor a Coordenação do mesmo.
- Marcar reunião bilateral com a Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas (CGAC/MAPA) – Kelma (Conab) vai enviar os contatos.

3. Rede de Serviços:

- O encontro da Rede de Serviços será realizado nos dias 26 e 27/08 em Brasília.

Não foi discutido nada sobre a lista de participantes.

4. Babaçu – Bilaterais e Workshop:

Bilaterais:

TO – 27/07 na Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Participarão Zé Batista (MDA), Júlio Pinho (MMA), Kelma (Conab) e João (consultor do Babaçu).

PI – indicativo 06/08 – Participarão José Batista (MDA), Kelma (CONAB), João (Consultor babaçu). Ainda não há definição do ponto focal do Estado.

MA – Indicativo 13/07 - Foi dado um informe sobre a situação política do estado. José Batista está fazendo os contatos para a organização dessa reunião bilateral, pois ainda não está definido o ponto focal do estado.

Participarão Arnoldo Campos (MDA) e Claudia Calorio (MMA)

CE – indicativo 14/07

A Hétel e o Haroldo (MMA) participaram da Feira de Agricultura Familiar do Ceará e o governo desse Estado solicitou uma reunião bilateral com a Coordenação do Plano. A proposta dada na reunião é que essa reunião bilateral seja para todos os produtos da sociobiodiversidade de uma só vez (não só para o babaçu).

Workshop Babaçu

Indicativo de data: 10 e 11 de setembro

Local: São Luis do Maranhão, porém será definido depois da reunião bilateral com o Maranhão (ou quando tivermos respostas do Governo do Estado sobre o ponto focal).

* Sugestão final da Coordenação: que a próxima reunião da Coordenação seja realizada na Conab.

Reunião da Coordenação do Plano 13/08/2009

Data: 13/08/09

Horário: 14h00

Local: bloco B, 7º andar, sala de reuniões

Participantes:

Nome	Entidade	telefone	email
Emiliano Milanez Graziano da Silva	consultor	(11)3807 0898/9187 8138	emiliano@tulipeconsultoria.com.br
Rodrigo Noleto	PNPSB - Consultor	8119 3907	rodrigo.noleto@consultor.mda.gov.br
José Adelmar Batista	SAF/MDA	2020 0935	jose.batista@mda.gov.br
Marcus Vinicius Villarim	SAIP/MDS	3433 1517	Marcus.villarim@mds.gov.br
Roberta Marins de Sá	PNPSB - Consultora	2020 0984	Roberta.sa@mda.gov.br
Alan Boccato	DEX/MMA	3317 1841	Alan.franco@mma.gov.br
Júlio Pinho	DEX/MMA	3317 1011	Julio.pinho@mma.gov.br
Claudia Calório	DEX/MMA	3317 1669	
Luciana Reis	DEX/MMA	3317 1843	luciana.reis@mma.gov.br
Fabiana Ikeda	SAA/MMA Consultora	8123 4825	fabianaikeda.saa@gmail.com
Ladjane Caporal	GTZ	3105 2089	ladjane.ramos@gtz.de
Monika Roper	GTZ	3105 2089	monika.roper@gtz.de
Ianelli Loureiro	CONAB	3312 6262	ianelli.loureiro@conab.gov.br
Arnoldo Campos	SAF/MDA	2020-0929	Arnoldo.campos@mda.gov.br

Pauta:

1. Apresentação e discussão dos resultados da consultoria “Diálogo com o Setor Empresarial”
– Emiliano Milanez Graziano da Silva (1 hora)
2. Proposta da GTZ para Gestão do Conhecimento – Ladjane Ramos Caporal (15 min)
3. Câmara Setorial – revisão e fechamento do texto da portaria
4. Informes
 - BNDES
 - EMBRAPA
 - Conversa com MCT
 - Casa Civil

1. Diálogo com o setor privado

Emiliano apresentou um resumo crítico de todo o seu trabalho de consultoria.

Elo mais forte do Plano com o setor privado é a comercialização dos produtos do campo até o atacadista até o consumidor final, através de produtos elaborados.

Em relação à proposta inicial, de se construir um Fórum de diálogo do Plano com o setor privado:

- Instituto Ethos – Promove o Fórum Amazônia Sustentável e criou dentro do Fórum o GT Produtos da Sociobiodiversidade, que é coordenado pelo Imazon e o GT de responsabilidade social empresarial e combate a pobreza no Nordeste.
- ABRAS (Associação Brasileira de Supermercados) – trabalha em um sistema de Federação, repassadores de informação para as Federações e seus associados
- ABIHPEC (Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos) – diálogo reduzido, foi a única que disse categoricamente não para um fórum, alegando que o problema maior é a lei de acesso a recursos genéticos.
- ABIA (Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação) – mais organizada e receptiva às políticas públicas.

Das conclusões do trabalho, ressalta-se a necessidade de construção de princípios e critérios orientadores das relações comerciais entre PCTAFs e o setor privado, através do estabelecimento de consensos.

Encaminhamentos

- Para uma discussão mais política e estratégica em relação aos resultados da consultoria e a avaliação da continuidade do trabalho, a Coordenação e equipe técnica do Plano precisam se apropriar do material produzido, ler os produtos do Emiliano – a Secretaria Executiva irá concentrar os produtos e enviar para a equipe.
- Marcar uma oficina de trabalho (Coordenação e equipe técnica), envolvendo também MAPA, MDA, PPP-GTZ, para discutir o assunto mais a fundo – PPPs e as metodologias da GTZ, certificação de produtos, critérios orientadores de relações comerciais. - **até o final de setembro.**
- Como, dentro do trabalho do Emiliano, já havia sido proposto um seminário com a ABHIA em Junho/2009, aproveitar o momento da Biofach/Exposustentat (28/10 a 01/11) para realizar uma oficina com a ABHIA. A entidade coloca a disposição seu auditório e toda a infra-estrutura. A oficina poderia ser um dia antes ou paralela à Exposustentat, e convidando os executivos da ABHIA para uma visita qualificada à Sala Caatinga & Cerrado e Sala Andes Amazônia. - **Secretaria Executiva fará uma proposta**
- Montar um cronograma de viagens dos membros da Coordenação do Plano, para aproveitar as oportunidades e realizar bilaterais com a ABRAS nos Estados.
- ABIHPEC – necessário realizar uma reunião bilateral com a coordenação do Plano, para esclarecer pontos e as possibilidades de colaboração.
- Feira Nacional da Agricultura Familiar (07 a 11 de outubro) – avaliar a possibilidade de selecionar e convidar empresas para visita técnica (Projeto Comprador).

- Elaborar nova proposta de plano de trabalho para a articulação do Plano com o setor privado – **Equipe técnica**

2. Proposta da GTZ para Gestão de Conhecimento

Apresentação da proposta foi feita por Monika Roper, a de um estudo realizado pelo consultor Christoph Trusen com dados coletados principalmente durante o workshop da castanha.

No âmbito do Plano será necessário um conjunto de informações organizadas.

Algumas atividades apresentadas na proposta já estão sendo realizadas pela equipe técnica do Plano, porém sem o foco de gestão do conhecimento.

Dentro da proposta da GTZ está a criação de um portal para a gestão das informações e comunicação. A equipe técnica do Plano está testando o Portal das Comunidades do MDA, que contém as ferramentas de comunicação e educação à distância.

Encaminhamentos:

- realizar reunião da equipe técnica do Plano com a equipe técnica da GTZ envolvida diretamente na gestão do conhecimento para integrar as propostas de trabalho.
- apresentar o Portal das Comunidades para a Coordenação do Plano.

3. Câmara Setorial

- Incluir MAPA como um dos representantes de órgãos e entidades do Governo Federal
- Consultar formalmente os representantes do Setor Empresarial e da Rede de Serviços – redigir ofício convidando a participar, com a minuta da portaria em anexo, e com prazo para resposta
- Revisões e alterações no texto:
- Retirar parágrafo 3 do Art. 1º
- Verificar inciso IV do Art. 4º
- Revisar Art. 5º e incluir “a partir de deliberações da Coordenação do Plano”
- Redigir Nota Técnica e encaminhar para CONJUR.

4. Informes:

BNDES

- Cada Ministério deve fazer uma proposta de demandas para o Fundo Amazônia, a partir dos seus gargalos – **com apoio do Rodrigo e João**
- Importante entender qual é a demanda da CONAB para o Fundo Amazônia
- Que instituições poderiam ser a proponente e a executora

EMBRAPA

- realizar uma bilateral do Plano Nacional com a Embrapa, com a presença de representantes das unidades chave – verificar com Hetel
- assegurar a participação da EMBRAPA no encontro da Rede de Serviços

Conversa com MCT

- Verificar agenda para reunião do Plano com o MCT e Finep

5. Outros encaminhamentos:

- Preparar um relato da situação nos Estados, em relação à cadeia da Castanha – para a próxima reunião da Coordenação
- Enviar o TOR para contratação do segundo consultor para a Secretaria Executiva para Julio Pinho, para dar prosseguimento no processo.

MEMÓRIAS DAS REUNIÕES DE EQUIPE TÉCNICA DO PNPSB

Reunião da Equipe Técnica 15/07/09

Data: 15/07/09

Horário: 15h30

Local: MMA, Bloco B, 7º andar, sala de reuniões da CEX

Participantes:

Nome	Entidade
Alan Ainer Boccato Franco	DEX/MMA
Hetel Leepkalin dos Santos	DEX/MMA
João Paulo Morita	PNPSB - Consultor
José Adelmar Batista	SAF/MDA
Paulo Coutinho	CONAB
Roberta Marins de Sá	PNPSB - Consultora
Rodrigo Noleto	PNPSB - Consultor

Pauta:

- Contrato dos Consultores
- Câmara Setorial da Castanha do Brasil
- Babaçu – Bilaterais e workshop
- Encontro da Rede de Serviços
- Reunião com o BNDES
- MAPA/DIPOV

Contrato dos Consultores

Até o momento da reunião a senha do sistema ATLAS, solicitada no início de julho ao PNUD Nova Iorque não havia chegado, e o Chefe de Gabinete era a única pessoa que poderia dar os encaminhamentos.

Em relação ao período de interstício, que devido à demora na assinatura do contrato, se extenderia, foi sugerido que se termine o contrato antes.

Câmara Setorial da Castanha do Brasil

Hétel enviou um documento com a sistematização das propostas levantadas no workshop da castanha do Brasil, para a composição da câmara setorial. Os membros da coordenação precisam discutir este assunto e na próxima reunião este ponto precisa ser fechado.

Sobre a Portaria:

discutiu-se se será tramitada e assinada somente pelo MDA, ou por todos os Ministérios da coordenação: o indicativo é que será somente pelo MDA.

José Batista sugeriu publicar uma portaria que altere a portaria de constituição da coordenação do plano, incluindo a CONAB, separadamente da portaria de constituição da câmara setorial da castanha.

Paulo Coutinho irá verificar junto a CONAB como seria a redação da portaria no que diz respeito à inclusão da CONAB (“Ministério da Agricultura, que indica como representante a CONAB”) e sobre o uso da logomarca nos materiais de divulgação e de trabalho (convites, pastas, bolsas, programação).

Necessidade de uma pessoa que possa fazer a assessoria jurídica para o PNPSB. Hétel e Alan irão verificar na DEX e José Batista irá verificar na SAF se há alguém com disponibilidade para este assessoramento.

Babaçu – bilaterais e workshop

- Situação atual no Maranhão – os funcionários do governo do Estado decidiram aguardar o posicionamento da Governadora e a indicação do ponto focal para depois discutirem a realização da reunião bilateral. Se não houver um acordo com o governo estadual do Maranhão, é preciso repensar a realização do workshop em São Luis.

Encaminhamentos:

um contato direto com o Gabinete da Governadora, para verificar se receberam o ofício e se vão se posicionar;

Consultor do Babaçu, João Paulo Morita, irá elaborar um pequeno relatório sobre a situação no Estado do Maranhão para discussão na próxima reunião da coordenação.

Bilaterais já agendadas e confirmadas:

23/07 – UNICAFES

27/07 – Tocantins

João Paulo confirmará local, sala e lista de convidados;

José Batista enviará e-mail para o ponto focal do estado, com convite, lista de convidados e material sobre o Plano.

03/08 – Piauí (indicativo)

Encontro da Rede de Serviços

Avaliou-se a possibilidade de realizar o encontro da rede de serviços depois do workshop do babaçu, contemplando de forma mais adequada esta cadeia. Entretanto, existe a possibilidade de demora para realização das bilaterais (problemas no Maranhão, demanda do Ceará), e consequente atraso na realização do workshop.

A coordenação irá avaliar a situação geral na próxima reunião e definir a data da realização do encontro da rede de serviços. Para isso, Roberta irá verificar as datas disponíveis no CDRH da CONAB e João irá apresentar um documento relatando a situação no Maranhão.

A lista de participantes que está sendo construída já tem indicação de 80 participantes, e ainda faltam as indicações do MMA e CONAB. Será preciso avaliar os cortes e definir quais participantes receberão apoio (passagens e diária).

Não será necessário realizar licitação para a hospedagem e alimentação do encontro, sendo que os participantes que forem apoiados irão receber passagens e diárias.

Sobre a moderação no encontro, sugeriu-se o nome de Günther, da GTZ. Hétel irá sondar a situação e a predisposição dele.

A proposta de programação mais recente será enviada por e-mail para a Coordenação e equipe técnica, para discussão.

Reunião com o BNDES

A reunião será realizada no dia 31/07, no Rio de Janeiro. Irão participar: Arnoldo Campos (MDA), Cláudia Calório (MMA) e Marcos Villarim (MDS). O responsável por esta agenda é Marcos Villarim, que está de férias no momento e por isso não é possível confirmar o horário e local.

A pauta da reunião deve ser: - apresentação do Plano; - discussão sobre o Fundo Amazônia; - BNDES na Rede de Serviços.

O Gerente do BNDES que é responsável pelo gerenciamento do Fundo esteve na CONAB. Paulo Coutinho vai verificar o nome.

João e Rodrigo irão elaborar breve documento para subsidiar a Coordenação.

MAPA/DIPOV

Rodrigo esteve no DIPOV para levantamento da documentação que regulamenta a castanha do Brasil. Acabou realizando uma reunião com a equipe do departamento, que se mostraram bastante interessados no Plano e ao mesmo tempo surpresos por não terem sido informados sobre a existência do Plano e convidados à participar.

Discutiu-se que é necessário realizar a Oficina de Trabalho com a ANVISA e MAPA, para discussão do marco legal (fitosanitário e classificação) e infraestrutura (laboratórios), proposta na reunião da coordenação do Plano realizada no dia 26/06/09.

Com relação a esta oficina, Rodrigo se comunicou com Plácido e Lucia Wadt (Embrapa Acre), pedindo colaboração na discussão dos documentos, mas ainda não obteve respostas. A sugestão é que Cláudia Calório faça um contato com Plácido.

Roberta irá se comunicar com Ligia Schreiner (ANVISA – GT Contaminantes em Alimentos), para confirmar quando será a reunião do GT em Agosto.

Reunião da Equipe Técnica 17/08/09

Data: 17/08/09

Horário: 14h00

Local: 7º andar, MMA

Participantes:

Nome	Entidade	telefone	email
Luciana Rocha	GTZ	3322 8925	lurocha@usp.br
Ladjane Caporal	GTZ	3105 2089	ladjane.ramos@gtz.de
Gunter Viteri	GTZ	3246 7866	gviteri2003@yahoo.es
Mônica Roper	GTZ	3105 2089	monika.roper@gtz.de
José Batista	SAF/MDA	2020 0935	jose.batista@mda.gov.br
Divani Souza	SAF/MDA	2020 0983	divani.souza@mda.gov.br
Roberta Sá	PNPSB	2020 0984	roberta.sa@mda.gov.br
Rodrigo Noleto	PNPSB	2020 0984	rodrigo.noleto@consultor.mda.gov.br
Claudia R. A. de Paula	SAF/MDA	2020 0984	claudia.paula@consultor.mda.gov.br
Hétel Santos	MMA	3317 1843	hetel.santos@mma.gov.br

Pauta:

Encontro da rede de serviços da sociobiodiversidade

- Lista de convidados
- Logística

DESENVOLVIMENTO DA REUNIÃO:

Foi realizado um relato pela Claudia de Paula (MDA) da situação dos contatos realizados e sobre a logística para o encontro da rede de serviços.

Logística

Estão sendo verificadas as questões relacionadas aos materiais.

Material didático

Impressão de mapa, Lista dos municípios, Lista de pontos focais.

Reunião da Equipe Técnica 29/09/09

Data: 11/09/2009

Horário: 09h30

Local: SAF/MDA, 6º andar, sala de reuniões do DATER

Participantes:

Nome	Entidade		
Rodrigo Noleto	PNPSB	rodrigo.noleto@consultor.mda.gov.br	2020-0984
Hetel Leepkahn dos Santos	DEX/MMA	hetel.santos@mma.gov.br	3317-1664
Ladjane Ramos	GTZ	ladjane.ramos@gtz.de	
Humberto Lôbo Pennaccho	CONAB/ GEBIO	humberto.pennachio@conab.gov.br	3312 6263
Roberta Marins de Sá	PNPSB	roberta.sa@mda.gov.br	2020-0984
Sérgio Cantuária	GTZ	sergio.cantuaria@gtz.de	3105 2151
Oraida Parreiras	MDA	Oraida.parreiras@mda.gov.br	
João P. Morita	PNPSB	joao.morita@consultor.mda.gov.br	
Gustavo Assis	MDS	gustavo.assis@mds.gov.br	34331760/ 8131 6210

Pauta:

- Apresentação da metodologia de “Arranjos para Comercialização” – Sérgio Cantuária (GTZ)
- Informes
- Câmara Setorial da Castanha (Roberta)
- Feira Nacional da Agricultura Familiar (João e Roberta)
- Exposustentat
- Reunião PNPSB e ABIA (Roberta)
- Workshop babaçu (Hetel, João e Roberta)
- Reuniões MAPA e ANVISA – Boas práticas de produção e aflatoxinas (Rodrigo)
- Proposta de integração das ações da GTZ com o PNPSB
- Proposta de estrutura de gestão da Cadeia da Castanha

Desenvolvimento

- Apresentação do projeto BMU/ARPA referente à Terra do Meio por Sérgio Cantuária;
- Informes da Câmara Setorial; Após as bilaterais com COIAB e GTA o processo será encaminhamento à jurídica dos ministérios;
- Informes das bilaterais com COIAB (dia 06, ainda não confirmada) e GTA (dia 01).
Importante a participação da coordenação do Plano;

- Feira – vai ter o espaço Amazônia, onde vai ter o destaque para o Plano. A Sociobiodiversidade vão ter também os seus espaços. A Cadeia do Babaçu vai estar no espaço do INCRA, que vai decorar o espaço com esse motivo;
- Apresentação da proposta de gestão para a cadeia da castanha pelo MMA/GTZ. Incluindo gestão nos níveis macro, meso e micro.
- Monitoramento das ações dos gargalos/atividades dos respectivos ministérios. Proposta de avaliação contínua, com momentos de discussão sobre resultados a cada três meses. Será circulada a planilha com informações das atividades para que seja preenchida com as ações dos ministérios.

Encaminhamentos:

- Hétel: verificar os TdRs das contratações;
 - Exposustentat:
 - João ver vídeo para televisão;
 - Hétel verificar os banners para Exposustentat;
 - Diálogo com Setor Empresarial:
- Ajudar na distribuição dos convites para o evento da ABIA
- Dia 29 manhã – evento com ABIA; na reunião da coordenação será fechada a pauta da reunião.
- Dia 29 tarde – evento com Arnoldo;
- Dia 30 manhã – sala com empresários;
- Hetel contextualizará sobre as salas Andes&amazônia e caatinga&cerrado na próxima reunião da coordenação.
- Workshop do babaçu: convites, evento do dia 06 e detalhes de infra-estrutura.

REUNIÕES BILATERAIS E TÉCNICAS DO PNPSB

Grupo de Trabalho Interministerial – Subvenção Direta

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL

Data: 19 de junho de 2009

Local: Sala de reuniões da CONAB

Horário: 14:00

Pauta:

- a) Informes Gerais
- b) Aprovação do Plano Operacional de Apoio à Comercialização de Produtos da Sociobiodiversidade;
- c) Inclusão do Ministério da Fazenda no GTI;
- d) Aprovação do Regimento Interno;
- e) Reavaliação dos limites da subvenção;

Participantes:

NOME	ÓRGÃO
Alan Boccato	SEDR/MMA
Aloisio Melo	SPE/MF
Carlos Eduardo C. Tavares	SUGOF/CONAB
Claudia Maria Calorio	SEDR/MMA
Ianelli S. Loureiro	SUGOF/CONAB
João Antonio F. Salomão	SPA/MAPA
Roberta Marins de Sá	SAF/MDA
Silvio Isopo Porto	DIGEM/CONAB

Informes Gerais:

As portarias que definem preços mínimos não têm mais prazo de validade. Os preços mínimos valerão até a publicação de nova portaria.

Plano de Subvenção nas UCs: Foi colocado pela CONAB da necessidade de se resolver as questões das DAP para que se possa iniciar as operações da PGPM nas UCs de uso sustentável. O MMA informou que está construindo juntamente com o ICMBio e MDA uma proposta para se resolver o problema e que deve-se aguardar isto antes de se iniciar a implementação deste plano de subvenção.

Encaminhamentos:

- Plano Operacional de Apoio à Comercialização de Produtos da Sociobiodiversidade:

O plano apresentado pela CONAB foi aprovado, mediante a alteração dos procedimentos para liberação dos recursos financeiros (itens “a” a “d” do capítulo 2, segunda página da proposta apresentada em reunião).

A nova proposta é: (i) O GTI aprova o Plano Operacional; (ii) Encaminha-se para o MAPA e o MF e; (iii) O limite orçamentário fica liberado para a CONAB.

Esta nova proposta se justifica, pois o procedimento atual onera a CONAB, uma vez que para cada operação de subvenção se faz necessária a elaboração de uma Nota Técnica, que é enviada ao MAPA e MF para posterior liberação do financeiro. Com a nova proposta, não se faz necessária a elaboração de notas técnicas para cada operação, pois o financeiro já fica autorizado a partir do Plano Operacional.

O representante do MF se comprometeu a consultar o setor jurídico do ministério para se certificar se os ministérios podem delegar ao GTI o poder de aprovação do Plano Operativo, com a consequente liberação do financeiro, ou se é necessária também a aprovação pelo MAPA e MF.

- Inclusão do Ministério da Fazenda no GTI:

O MMA irá elaborar, o quanto antes, o texto da nova portaria incluindo o MF e uma nota técnica fundamentando a proposta de portaria.

Sugeriu-se que fosse feita uma nova redação no Artigo 2, deixando-o mais geral, pois da forma como está pode-se entender que o GTI está restrito aos produtos relacionados na portaria.

- Reavaliação dos Limites para subvenção:

O GTI recomendou a revisão dos limites da subvenção. Para subsidiar a revisão a CONAB irá elaborar Notas Técnicas, com previsão de estarem prontas ainda na semana do dia 22 de julho de 2009. Ficou acordado que não será necessário esperar nova reunião do GTI para aprovação dos novos limites, salvo se houver discordância entre os órgãos do novo limite proposto.

- Regimento Interno:

Não foi possível analisar o regimento durante a reunião. Acordou-se que o MMA enviará uma proposta por e-mail para que todos os membros analisem e façam suas contribuições até o dia 29/06/09. Feito isto, o regimento será publicado por Resolução no DOU.

Claudia Maria Calorio
Representante do Ministério do Meio Ambiente

Silvio Isopo Porto
Representante da Companhia Nacional de Abastecimento

João A. F. Salomão

Representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Convidado:

Aloisio Melo

Representante do Ministério da Fazenda

Reunião Bilateral PNPSB e UNICAFES

Data: 23/07/09

Local: sala do DATER, SAF/MDA, 6º andar

Participantes:

Nome	Entidade
Mayk Arruda	Unicafes
Christiane Almeida	Unicafes
Jaap van Doorn	TRIAS
Marcel Madureira	Unicafes-Trias
Arnoldo de Campos	SAF/MDA
Hétel L. dos Santos	DEX/MMA
Cláudia Maria Calorio	DEX/MMA
Silvio Ney B. Monteiro	Unicafes
Roberta Marins de Sá	PNPSB

Após breve apresentação dos participantes, discutiu-se como a Unicafes poderia interagir com o Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB) e contribuir com a minimização dos gargalos identificados em cada uma das cadeias prioritárias (castanha do Brasil e babaçu).

Alguns pontos destacados:

- Recentemente constituída a Unicafes Pará – 1ª da região Norte – para trabalhar na inserção comercial das cooperativas filiadas
- Para a Unicafes não está muito claro, além do gargalo da organização, quais os outros gargalos que existem e que a Unicafes pode colaborar (impedimentos políticos, por exemplo).
- O Plano propõe criar núcleos de governança que envolvam todos os atores que operam na cadeia. Cada Estado cria seu núcleo de governança. Nível nacional – constituição de câmaras setoriais.
- Para a Unicafes a cadeia do açaí é extremamente estratégica

- Fundamental a discussão sobre a valorização do conhecimento tradicional, o olhar de mercado sobre o conhecimento tradicional e a dificuldade de colocar isso em um contrato.
- No caso do babaçu há a possibilidade da Unicafes se inserir rapidamente, para participar da criação dos gts estaduais (já está ocorrendo nos seis estados da castanha)
- Se a Unicafes quer participar da câmara setorial nacional, deve reivindicar
- Rede de serviços – 1. Tem cooperativa de produção que sabe o que precisa de serviços, 2. Tem cooperativa que pode colaborar prestando serviços. A participação da UNICAFES é muito importante, pois consiste em uma pluralidade de atores que vão se comprometer
- Cenater (Central que organiza o ramo destas cooperativas e filiada a Unicafes) – 40 cooperativas de ATER – 15 no NE, 7 no NO
- Rede de Cooperativas de Crédito que operam o Pronaf e fazem parte da Unicafes
- Bases de Serviços que estão sendo estruturadas pela Unicafes – inteligência e informação comercial
- Unicafes poderia apoiar em uma campanha de DAP física e jurídica – se a unicafes identificar as demandas de dap (física e jurídica) o MDA poderá identificar o emissor e mobilizar um mutirão de emissão.
- Sugestão de que a UNICAFES se aproxime do CNS, alem da FETRAF e CONTAG.

Encaminhamentos:

- criar uma agenda de trabalho para discussão dos diagnósticos com os técnicos do PNPSB e estabelecer um diálogo entre o Plano e as ações da Unicafes.
- Encontro da Rede de Serviços – Unicafes apresentando uma experiência exitosa no campo de serviços (babaçu ou castanha)
- Caravana Nacional do Cooperativismo Solidário pelo Fim da Pobreza – que será realizada pela Unicafes, tem espaço para inserir discussões estratégicas e poderia fazer a divulgação do plano e a campanha da DAP
- Debate operacional nos estados sobre a questão da alimentação escolar (TO – 17 e 18 de agosto)
- Envolvimento da Unicafes nas bilaterais dos Estados

Secretaria Executiva do Plano:

- Enviar o calendário de eventos do PNPSB
- Enviar o diagnóstico das cadeias (castanha e babaçu)
- Enviar Portaria que cria o Plano Nacional

UNICAFES :

- enviar o calendário de campanha de emissão de dap física e jurídica
- identificar os atores produtivos para participar dos gts estaduais

Reunião sobre Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)

data: 14/08/09

horário: 14:00 hs

local: Secretaria de Agricultura Familiar (SAF/MDA), Gabinete do Secretário

Participantes

Nome	Entidade	telefone	email
Adoniram Sanches Peraci	Secretário/SAF	2020-0909	Adoniram.peraci@mda.gov.br
Lilian Rahal	Gabinete/SAF	2020-0912	lilian.rahal@mda.gov.br
Arnoldo Campos	SAF/MDA	2020-0929	Arnoldo.campos@mda.gov.br
Silvio Porto	CONAB	3312-6373	dipai@conab.gov.br
Kelma Cruz	CONAB	3312 6239	kelma.cruz@conab.gov.br
Claudia Calório	MMA	3317-1669	
Alan Ainer Boccato	MMA	3317-1841	Alan.franco@mma.gov.br
Daniel Penteado	ICMBIO	3341 9296	daniel.penteado@icmbio.gov.br
Marcelo Chaves de Castro	FUNAI	3313-3704	Marcelo.castro@funai.gov.br
Cassio Trovatto	DATER	2020-0914	Cassio.trovatto@mda.gov.br
Manoel Cunha	CNS	(92) 9964-6331	manoelcns@gmail.com
Roberta Sá	PNPSB	2020-0984	Roberta.sa@mda.gov.br
Rodrigo Noleto	PNPSB Consultor	- 8119 3907	rodrigo.noleto@consultor.mda.gov.br
Jackson Villiam Nagornni	SAF/MDA	2020-0918	
Roberto H. Prado	INCRA	3411 7857	roberto.prado@incra.gov.br
Silvia Barguil	INCRA	3411 7200	silvia.barguil@incra.gov.br
Silvia Ferrari	Ater Indígena/SAF/ MDA	2020-0942	silvia.ferrari@mda.gov.br

Pauta:

Resolução dos problemas de acesso à DAP pelos extrativistas

Desenvolvimento da Reunião

- Secretário Adoniram fez a introdução do tema, fazendo referência ao documento provisório elaborado pelo CNS durante o Congresso dos Extrativistas. Explicou que a DAP é um instrumento de controle que tem sido usado cada vez mais para o acesso dos agricultores familiares às políticas públicas, e a importância dos extrativistas se apropriarem desta ferramenta.
- Manoel da Cunha, presidente do CNS, fez uma explanação sobre os gargalos que os extrativistas encontram para acessar a DAP:
 - a documentação para acessar as políticas (PAA, PGPM, Crédito) é muito diferente do que os extrativistas estão acostumados.
 - Alguns extrativistas não vão para a cidade há mais de 5 anos. Há dificuldade dos órgãos emissores acessarem os extrativistas e vice-versa
 - problemas com o acesso à internet e a DAP em papel não tem validade antes de ser cadastrada no sistema
 - a DAP não é adaptada para a realidade dos extrativistas
 - Resex Médio Juruá – primeira reserva a ser reconhecida como beneficiária da reforma agrária no Brasil. Entretanto, o processo ainda não está completo e até agora os extrativistas não tem direito à DAP normal.
 - CNS questiona a possibilidade de um documento mais simples para o acesso dos extrativistas à PGPMbio e PAA.
- Segundo Roberto Prado (INCRA), para resolver o problema da DAP nas reservas extrativistas reconhecidas pelo INCRA é preciso fazer adequação do Manual de Crédito Rural (MCR), pois os extrativistas são tratados como assentados da reforma agrária e precisam passar por todas as etapas de um assentamento para ter acesso à DAP.

A situação atual é:

- extrativistas em reservas extrativistas federais reconhecidas pelo INCRA:
 - com o processo de assentamento completo: DAP emitida pelo INCRA
 - com o processo em andamento: DAPp emitida pelo INCRA
- extrativistas fora de reservas e que não são assentados da reforma agrária:
 - DAP emitida pelas EMATERs, sindicatos, movimentos sociais (cadastrados como emissores de DAP)

A sugestão para o encaminhamento foi:

- aceitar a Relação de Beneficiários (RB) emitidos por organizações reconhecidas para acesso ao PAA e PGPMBio. A Coordenação da PGPMBio poderia estabelecer qual o documento provisório, com prazo para adequação.
- paralelamente constituir um grupo de trabalho para tratar de adequações à DAP e implementação

Encaminhamentos:

1. Será publicada pelo MDA uma portaria que aceita uma lista ou relação de beneficiários temporariamente para o acesso à PAA e PGPMBio. A portaria irá definir os campos a serem preenchidos, o(s) emissor(es) da lista, o prazo de vigência e o prazo para que estes extrativistas tenham a DAP.

Neste caso o ICMBio envia listas já existentes (Relação de Beneficiários) das Reservas Extrativistas, que serão validadas pelo INCRA (passando pelo SIPRA), e entrarão em um sistema do MDA como lista ou relação de beneficiários, que poderá ser consultado pela CONAB para a implementação da PGPMBio e PAA.

Foi formado um grupo para redigir a minuta da portaria, formado por Cassio Trovatto (MDA), Roberta Sá (PNPSB), Alan Franco (DEX/MMA), Kelma Cruz (Conab), Daniel Penteado (ICMBio) e Roberto Prado (INCRA). A primeira reunião do grupo será no dia 17/08 às 14:00hs

2. CNS irá emitir DAP para os extrativistas envolvidos com a organização e fora das Unidades de Conservação.

Nem todos os extrativistas estão dentro do guarda-chuva jurídico do CNS. É necessário identificar outras organizações (Ex. MIQCB) para se cadastrarem como emissores de DAP.

Existe a possibilidade de fazer um convênio com o CNS para apoiar financeiramente a mobilização dos extrativistas para a emissão da DAP. Entretanto, em breve estará em vigor a Lei de ATER, que simplificará o processo. Neste meio tempo é possível apoiar a mobilização através do PCT do Plano Nacional.

INCRA emite a DAP-p e trabalha na alteração do MCR

3. Continuar a discussão de adequação da DAP em um grupo de trabalho (EX. Inclusão de identidade social).

Minuta de Portaria para Substituição Temporária da DAP

SECRETARIA DA AGRICULTURA FAMILIAR
POR**TARIA N°** , DE DE **DE 2009.**

O SECRETÁRIO DE AGRICULTURA FAMILIAR DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando os termos do Art. 3º, § 2º, inciso III da Lei 11.326, de 24 de julho de 2006, que reconhece as populações extrativistas no âmbito das políticas públicas para a Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais;

Considerando o Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, publicado no Diário Oficial da União de 08 fevereiro de 2007 que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - PNPCT;

Considerando o disposto na Portaria MDA nº 47, de 26 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 27 de novembro de 2008;

Considerando o disposto na Portaria MDA nº 85, de 22 de dezembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 02 de janeiro de 2009;

Considerando a Portaria Interministerial MDA e MMA nº 3, de 3 de outubro de 2008, que reconhece os povos e comunidades tradicionais das Unidades de Conservação de Uso Sustentável, como potenciais beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária – PNRA;

Considerando a Portaria Interministerial nº 239, de 21 de Julho de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 22 de julho de 2009, que implementa o Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade e cria o Grupo de Coordenação do Plano, formado pelos Ministérios do Desenvolvimento Agrário, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e do Meio Ambiente.

Resolve:

Art. 1º Fica instituída a Relação de Extrativistas Tradicionais - RET, em caráter precário e temporário, destinada a identificar os extrativistas tradicionais de Unidade de Conservação de Uso Sustentável não atendidos como beneficiários do Plano Nacional da Reforma Agrária - PNRA .

Parágrafo único. A identificação dos extrativistas contidos na RET tem caráter provisório, e possui validade de vinte e quatro meses, a contar da data de publicação desta Portaria ou enquanto o extrativista permanecer na condição explicitada no caput deste artigo, prevalecendo a primeira ocorrência.

Art. 2º São consideradas as seguintes Unidades de Conservação de Uso Sustentável:

- a) Reserva Extrativista – RESEX;

- b) Reserva de Desenvolvimento Sustentável - RDS;
- c) Floresta Nacional - FLONA.

Art. 3º As RET tem por finalidade identificar os extrativistas que se encontram na condição explicitada no Art. 1º de modo a permitir-lhes o acesso às Políticas Públicas dirigidas aos agricultores familiares.

Parágrafo único. A RET não permite acesso ao Crédito Rural ao amparo do Pronaf.

Art. 4º A RET deverá ser elaborada pelo Órgão Gestor da Unidade de Conservação de Uso Sustentável, conforme trata o Art. 6º, inciso III da Lei 9.985, de 18 de julho de 2000.

§ 1º O Órgão Gestor da Unidade de Conservação de Uso Sustentável para ter sua relação aceita pela SAF deverá providenciar seu cadastramento junto à Secretaria da Agricultura Familiar na forma estabelecida para o Cadastramento de Órgãos e Entidades autorizados a emitir DAP, conforme previsto em Portaria que disciplina o processo de emissão de Declarações de Aptidão ao Pronaf.

§ 2º A RET deverá conter os seguintes dados de identificação do extrativista: nome completo sem abreviações, número de cadastro de pessoa física (CPF) e endereço completo contemplando a denominação da Unidade de Conservação de Uso Sustentável a de domicílio.

Art. 5º O Órgão Gestor da Unidade de Conservação de Uso Sustentável deverá encaminhar formalmente à Secretaria da Agricultura Familiar – SAF a Relação de Extrativistas Beneficiários para autuação de processo administrativo correspondente.

Parágrafo único. Adicionalmente o Órgão Gestor da Unidade de Conservação de Uso Sustentável deverá encaminhar arquivo texto em meio eletrônico, onde cada beneficiário deverá constituir um registro e as variáveis que compõem esse registro devem ser separadas por ponto e vírgula.

Art. 6º A SAF deverá disponibilizar em seu sítio: <http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/> a identificação individualizada dos extrativistas, a partir dos arquivos eletrônicos encaminhados na forma do parágrafo único do Art. 5º.

Art.7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADONIRAM SANCHES PERACI

Reunião PNPSB e Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas (CGAC/MAPA)

Data: 11/09/2009

Horário: 09h30

Local: SAF/MDA, 6º andar, sala de reuniões do DATER

Participantes:

Nome	Entidade	E-mail	Telefone
Rodrigo Noleto	PNPSB	Rodrigo.noleto@consultor.mda.gov.br	2020-0984
Hetel Leepkahn dos Santos	DEX/MMA	Hetel.santos@mma.gov.br	3317-1664
Gustavo C. Assis	SAIP/MDS	Gustavo.Assis@mds.gov.br	8131-6210
Ianelli Loureiro	CONAB	Ianelli.loureiro@conab.gov.br	3312-6262
Roberta Marins de Sá	PNPSB	Roberta.sa@mda.gov.br	2020-0984
Arnoldo Campos	SAF/MDA	Arnoldo.campos@mda.gov.br	2020-0927
Aguinaldo José de Lima	SE/MAPA	Aguinaldo.lima@agricultura.gov.br	3218-2772
Paulo Marcio M. Araújo	SE/MAPA	Paulo.mendonça@agricultura.gov.br	3218-3056

Pauta:

Apresentação do Plano e formas de gestão

Apresentação da proposta da Câmara Setorial da Castanha do Brasil e outras cadeias

Discussão sobre a interação do Plano e das Câmaras das Cadeias da Sociobiodiversidade com as ações da CGAC/MAPA

Desenvolvimento

Arnoldo apresentou o Plano Nacional, as cadeias prioritárias e as formas de gestão, incluindo a proposta da Câmara Setorial da castanha do Brasil e futuramente do babaçu.

Paulo Araújo (MAPA) fez alguns questionamentos e sugestões no que diz respeito à articulação das câmaras nacionais com as câmaras e GTs estaduais, e como será a estrutura interna de gestão das câmaras do Plano (secretaria executiva de cada Câmara).

Aguinaldo explicou que as Câmaras Setoriais coordenadas pelo MAPA são regidas pelas regras constantes na Portaria nº 530, de 12 de junho de 2008 (publicada no DO nº 112, de 13 de junho de 2008, seção 1, pág 13), que trata do regimento interno do Conselho do Agronegócio (CONSAGRO/MAPA). Atualmente são 31 Câmaras Setoriais. Afirmou que para a cadeia da Piaçava, será criada uma Câmara Setorial de Fibras Naturais. Perguntou como, além da interação mandatária (legislação sanitária, comércio internacional), como a CGAC poderia apoiar o processo junto ao Plano Nacional.

Arnoldo afirmou que o interessante é que a Coordenação do Plano possa coordenar as Câmaras Setoriais da castanha do Brasil e babaçu e interagir com as Câmaras setoriais de produtos da sociobiodiversidade que já existem.

Encaminhamentos

Quando a portaria que cria a câmara setorial da castanha do Brasil for publicada, o convite para compor a Câmara será enviado para o MAPA já com a indicação da CGAC, que se propõe a ser o centro irradiador das atividades do Plano junto aos órgãos do MAPA.

Como sugestão do Sr. Aguinaldo, a equipe técnica do Plano, neste caso Rodrigo Noleto (consultor da castanha) irá agendar uma visita na CGAC para uma vivência de como se organizam e articulam as Câmaras Setoriais.

CÂMARA SETORIAL DA CADEIA DA CASTANHA DO BRASIL

Modelo de Carta Consulta



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
Secretaria da Agricultura Familiar - SAF
SBN QD. 01 - BL. D - ED. PALÁCIO DO DESENVOLVIMENTO
6º ANDAR - CEP 70.057-900 - BRASÍLIA/DF
Telefones: (61) 21919-860/9929 – Fax: (61) 2107-0019

Ofício nº /2009/DGRAV/SAF

Brasília, de Agosto de 2009.

Ilmo. Sr.

Mario Martins

Diretor Executivo

Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação - ABIA

Av.Brig. Faria Lima, 1.478 11º andar 01451-001 São Paulo - SP

Assunto: Consulta sobre Câmara Técnica Setorial da Castanha do Brasil

Senhor Mário Martins,

1. O Plano Nacional de Promoção das Cadeias Produtivas da Sociobiodiversidade (PNPSB) é uma estratégia de grande relevância para conciliar o desenvolvimento econômico do País com a conservação do meio ambiente e a inclusão social e produtiva de povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares.

2. Seu objetivo geral é desenvolver ações integradas para a promoção e fortalecimento das cadeias de produtos da sociobiodiversidade, com agregação de valor e consolidação de mercados sustentáveis

3. Para a elaboração do plano foram realizados 07 Seminários Regionais e um Seminário Nacional abrangendo os diversos biomas brasileiros, no sentido de colher subsídios e orientações, junto aos atores que compõem essas cadeias produtivas, tais como: governo nos diversos níveis, academia e sociedade civil – comunitários e empresários.

4. No dia 22 de julho de 2009 foi publicada no Diário Oficial da União a Portaria Interministerial nº 239, de 21 de julho de 2009, que implementa o Plano Nacional da Sociobiodiversidade e estabelece sua estrutura de coordenação, formada pelos Ministérios de Desenvolvimento Agrário (MDA), Meio Ambiente (MMA) e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

5. Entre os dias 15 a 17 de junho de 2009 a coordenação do Plano Nacional realizou em Brasília o Workshop da Castanha do Brasil – uma das cadeias prioritárias - que estabeleceu as diretrizes para a criação, composição e atribuições da Câmara Setorial da Castanha do Brasil.

6. Nesse sentido, gostaríamos de consultá-lo sobre o interesse da Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação – ABIA - em integrar a Câmara Setorial da Castanha do Brasil, como um dos representantes do Setor Empresarial.

7. A Câmara Setorial terá caráter consultivo e será formada por representantes do Governo Federal, dos Governos Estaduais, da área de pesquisa, do setor empresarial, da rede de serviços, das cooperativas e associações de Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares e das organizações da agricultura familiar, ambientais e indígenas.

8. Para podermos dar prosseguimento aos trâmites legais para a criação e implementação da Câmara Setorial da Castanha do Brasil, solicitamos que sua resposta seja enviada até o dia **15 de setembro de 2009**.

Atenciosamente,

Arnoldo A. de Campos
Diretor
Departamento de Geração de Renda e Agregação de Valor
DGRAV/SAF/MDA
Coordenação do Plano Nacional da Sociobiodiversidade

Cartas Consulta Enviadas

ABIA

Mario Martins
Diretor Executivo
Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação - ABIA
Av.Brig. Faria Lima, 1.478 11º andar 01451-001 São Paulo - SP
(11) 3030-1353 mario@abia.org.br / secretaria@abia.org.br

ABIHPEC

Rose Hernandez
Diretora de Meio Ambiente
Associação Brasileira da Indústria da Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos - ABIHPEC
Av. Paulista, 1313 - 10º Andar - Cj. 1080 - Bela Vista. CEP 01311-923. São Paulo
(11) 3372-9899 roseh@abihpec.org.br

ABRAS

Tiarajú Pires
Superintendente
Associação Brasileira de Supermercados - ABRAS
Avenida: Diógenes Ribeiro de Lima, 2872, Alto da Lapa – São Paulo – SP
CEP: 05083-901
(11) 3838-4529 tiaraju@abras.com.br

ASBRAER

Paula Ramponi Serrão Dalla Corte
Diretora Executiva
Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural - ASBRAER
SCLN 116 - Bloco: F - Sala: 218 - Edifício Castanheira - 70773-500 - Brasília / DF
(61) 3274-3051 paulaserrao@asbraer.org.br

BASA

Cristina Lopes
Gerente de Microfinanças e Agricultura Familiar
Banco da Amazônia
Av. Presidente Vargas, 800 – 3º andar, Bairro Campina, Belém – PA - Cep: 66017-000
(91)4008-3888 / 4008-3454

BB

José Carlos Vaz
Diretor de Agronegócios
Banco do Brasil
Setor Bancário Sul, Quadra I, Bloco C, Lote 32, Ed. Sede III, 9º andar, CEP 70073-901
(61) 3310-5200 agronegocios@bb.com.br

BNDES

Guilherme A. Accioly
Gerente do Departamento de Gestão do Fundo Amazônia
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES
Av. República do Chile, 100 - 14 andar, CEP. 20031-917, Rio de Janeiro RJ
(21) 2172-6648 gaa@bndes.gov.br

ASS. DOS EXPORTADORES DE CASTANHA DO BRASIL

Benedito Mutran Filho
Presidente
Associação dos Exportadores de Castanha-do-Brasil
Av. Bernardo Saião, 4800, Bairro Guaná, Belém – PA, CEP 66075-150
(91) 4008-9999 (Daniele)

SEBRAE

Paulo Tarciso Okamoto
Diretor Presidente
Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE
SEPN 515, Bloco C, Loja 32, Brasília – DF, CEP 70770-900

Com cópia para

Paulo César Rezende Carvalho Alvim
Gerente da Unidade de Atendimento Coletivo Agronegócios
Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE
SEPN 515, Bloco C, Loja 32, Brasília – DF, CEP 70770-900
(61) 9962-5658 paulo.alvim@sebrae.com.br
(secretaria Valeria Jurema valeriaj@sebrae.com.br (61)3348-7218)

CNS

Manoel Silva da Cunha
Presidente
Conselho Nacional das Populações Extrativistas - CNS
Rua C, Quadra G, nº 5, Conj. Shangrillá II, Parque Dez, CEP 69054-703, Manaus-AM
manoelcns@gmail.com / cnsmanaus@gmail.com

COIAB

Marcos Apurinã
Coordenador Geral
Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB
Av. Ayrão, 235, Presidente Vargas – Manaus – AM, CEP 69.025-290
secretaria@coiab.com.br

Valéria Paye
Representante em Brasília
Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB
SRTVS – Edifício Centro Empresarial Assis Chateaubriand
Quadra 701 – Conj. 1 – Bl. 1, nº 38, Salas 21/22 – Sobreloja
Cep.: 70.340-000 - Brasília – Distrito Federal
coiabdf@terra.com.br

CONTAG

Alberto Ercílio Broch
Presidente
Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG
SMPW Quadra 1 Conjunto 2 Lote 2 Núcleo Bandeirante CEP: 71.735-112, Brasília/DF

GTA

José Rubens Pereira Gomes
Presidente
Grupo de Trabalho Amazônico - GTA
SCLN 113, Bloco B, Salas 101, 102 e 103
Asa Norte, CEP: 70.763-520 Brasília - DF
rubensgomes@gta.org.br

Respostas às Cartas Consulta

----- Mensagem original -----

Assunto:Câmara Setorial Castanha do Brasil

Data:Thu, 17 Sep 2009 10:47:36 -0300

De:Mariana Matias <mariamatias@asbraer.org.br>

Para:secretária executiva <roberta.sa@mda.gov.br>

CC:Tatiana Rose <tatianarose@asbraer.org.br>

Prezada Roberta,

Em resposta ao ofício nº 011/2009/DGRAV/SAF, venho por meio deste demonstrar o total apoio da ASBRAER (Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural) à criação da Câmara Técnica Setorial da Castanha do Brasil e o nosso real interesse em integrá-la como um dos representantes da Rede de Serviços.

Grata,

Mariana Matias

Diretora Executiva

ASBRAER

(61) 3274-3051

----- Mensagem original -----

Assunto:Câmara Setorial da Castanha do Brasil

Data:Thu, 17 Sep 2009 14:53:59 -0300

De:helen.ornelas@bb.com.br

Para:roberta.sa@mda.gov.br

Roberta,

a resposta do ofício 016/2009 será encaminhada hoje, mas adiantando a Diretoria de Agronegócios não indicará representante para esta câmara setorial.

Atenciosamente,

Helen Jorge Ornelas
Diretoria de Agronegócios
Tel.: (61) 3310-2538
Email: helen.ornelas@bb.com.br

----- Mensagem original -----

Assunto:Spam> CONSULTA SOBRE CÂMARA TÉCNICA SETORIAL DA CASTANHA DO BRASIL

Data:Tue, 29 Sep 2009 14:59:31 -0300

De:Rose Hernandes <roseh@abihpec.org.br>

Para:<roberta.sa@mda.gov.br>

Em nome da ABIHPEC, agradeço o convite e confirmamos nossa intenção em participar da Câmara Técnica Setorial da Castanha do Brasil. Entendemos que a Câmara estará tratando de toda a cadeia, portanto, sugerimos que a ABIQUIM também seja convidada, pois o setor que a ABIHPEC representa utiliza a castanha do Brasil já após já ter sofrido algum tipo de beneficiamento ou tratamento, o qual é realizado pelas indústrias que são associadas à ABIQUIM.

Cordialmente,

Rose Hernandes

Diretora de Meio Ambiente

Tel: 55 11 3372-9885

www.abihpec.org.br



Ofício 940/2009- BNDES GP

Rio de Janeiro, 15 de setembro de 2009.

Ao Senhor
ARNOLDO A. DE CAMPOS
Diretor
Departamento de Geração de Renda e Agregação de Valor
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
Secretaria da Agricultura Familiar – SAF
SBN Q. 01, bloco D, 6º andar
70057-900 Brasília - DF

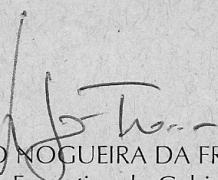
Ref.: Ofício nº 6017/2009/DGRAV/SAF, de 31/08/2009.

Assunto: **Indicação de representante**

Senhor Diretor,

1. Em atenção ao Ofício nº 6017/2009/DGRAV/SAF, de 31/08/2009, e tendo em vista que as Atividades Produtivas Sustentáveis são um dos focos prioritários de atuação do Fundo Amazônia, sendo o extrativismo em geral e a coleta de castanha do Brasil em particular, um segmento importante deste, manifesto o interesse do BNDES em participar da Câmara Setorial da Castanha do Brasil.
2. Nesta oportunidade, comunico a V.Sa. que GUILHERME ARRUDA ACCIOLY, Gerente na Área de Meio Ambiente, será o representante do BNDES na mencionada Câmara.
3. Sem mais para o momento, apresento protestos de apreço e consideração.

Atenciosamente,


SÉRGIO NOGUEIRA DA FRANCA
Chefe da Secretaria Executiva do Gabinete da Presidência
Substituto



Associação Brasileira de Supermercados

São Paulo, 02 de outubro de 2009

Ao

Ministério do Desenvolvimento Agrário

Ref. Ofício nº 0012/2009/DRGAV

Att: Dra. Roberta Sá

Referente ao ofício de nº0012/2009/DRGAV, vimos através desta indicar o Sr. Marcio Milan, Vice Presidente da Abras e Diretor de Relações Institucionais, como representante desta Associação, para participar da Câmara Técnica Setorial da Castanha do Brasil.

Atenciosamente,

Sussumu Honda

Presidente da Abras

MDA. AF. 40591 2009.34

Carta PRESI N° 150

Brasília, 29 de setembro de 2009

Ao Senhor
ARNOLDO A. DE CAMPOS
Diretor
Departamento de Geração de Renda e Agregação de Valor – DGRAV/SAF/MDA
Coordenação do Plano Nacional da Sociobiodiversidade

Senhor Diretor,

Ao cumprimentar Vossa Senhoria e em atenção ao Ofício N° 0015/2009/DGRAV/SAF, de 31 de agosto de 2009, informo a indicação da Analista da Unidade de Atendimento Coletivo – Agronegócios (UAGRO) – Léa Maria Lagares, na qualidade de membro titular, para representar o Sebrae Nacional na Câmara Técnica Setorial da Castanha do Brasil, do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA.

Atenciosamente,


PAULO TARCISO OKAMOTTO
Diretor-Presidente

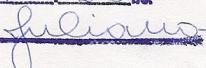
PC/mlcp

SEBRAE
Serviço Brasileiro de Apoio às
Micro e Pequenas Empresas

SEPN Quadra 515, Bloco "C"
Loja 32 - Brasília-DF
CEP 70770-900

Tel.: (61) 3348.7100
Fax: (61) 3347.4120
www.sebrae.com.br

Recebemos
Brasília 01 de 10 de 09
As. 10:25 hs.



MDA.AF 3899 | 2009-11



Credibilidade que
Alimenta o Mercado

ABIA-DE-001/09
SP. 16/09/2009

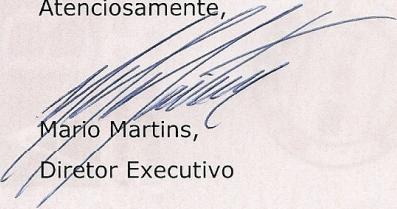
Ilmo. Senhor
Arnoldo A. de Campos
Diretor
Departamento de Geração de Renda e Agregação de Valor DGRAV/SAF/MDA
Coordenação do Plano Nacional da Sociobiodiversidade
SBN Qd. 01 - Bl. D - Ed. Palácio do Desenvolvimento
6º andar - CEP: 70.057-900 - Brasília/DF

Ref.: Consulta sobre Câmara Técnica Setorial da Castanha do Brasil.

Prezado Senhor,

Em resposta ao seu ofício nº 0013/2009/DGRAV/SAF, datado de 31 de agosto de 2009, informamos que esta Entidade tem interesse em integrar a Câmara Setorial da Castanha do Brasil, como um dos representantes do Setor Empresarial.

Atenciosamente,


Mario Martins,
Diretor Executivo

Recebemos
Brasília 23 de 09 de 09
As 08:00 hs.
cline
50827930960BR

Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação
Av. Brig. Faria Lima, 1478 11º andar CEP: 01451-001 - São Paulo - SP
Tel: 11 3030.1353 - Fax: 11 3814.6688
abia@abia.org.br - www.abia.org.br

MDA - AF 38851 2009-39

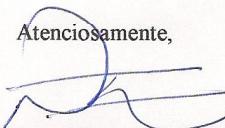


Ref.: "SECRE"
Ofício 2009/ 400

Belém (PA), 16 SET. 2009

Senhor Diretor,

Em atenção ao Ofício nº 0019/2009/DGRAV/SAF, de 04.09.2009, comunicamos a V. S.^a que, pela Resolução Presidencial 2009/051, de 15.09.2009, cópia anexa, foram designados os empregados *Carolina Tavares Calderaro de Jesus* e *Jorgenei da Silva Ribeiro*, para, na condição de titular e suplente, respectivamente, representarem o Banco da Amazônia S/A na Câmara Setorial da Castanha do Brasil.

Atenciosamente,

ALCIR BRINGEL ERSE
Secretário Executivo

Ao Sr.
ARNOLDO A. DE CAMPOS
Diretor do Departamento de Geração de Renda e Agregação de Valor
SECRETARIA DA AGRICULTURA FAMILIAR - SAF
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
BRASÍLIA (DF)

DIREÇÃO GERAL: Av. Presidente Vargas, 800 - Belém / PA
CEP 66017-000 - Fone: (91) 4008-3888 - Fax: (91) 3223-5175
www.bancoamazonia.com.br presi@bancoamazonia.com.br

Recebeu m/s
Brasília 23 de 09 de 09
As 10:00 hs.
- Spelisse -

Minuta da Portaria

MINUTA



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

PORTARIA INTERMINISTERIAL N° , DE DE 2009

OS MINISTROS DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO e DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME e o MINISTRO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, no uso da atribuição que lhes confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e

Considerando que poderão ser criadas Câmaras Setoriais por cadeias prioritárias no âmbito do Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade conforme o disposto no § 3º do art. 3º da Portaria Interministerial N° 239 de 21 de julho de 2009.

Considerando que as ações do Plano iniciarão pelas cadeias da Castanha do Brasil e do Babaçu, devido a relevância socioeconômica e ambiental beneficiando cerca de 500 mil famílias e gerando, anualmente, cerca de R\$ 160 milhões.

Considerando a realização do Workshop da Castanha do Brasil de 15 a 17 de junho de 2009, em Brasília que estabeleceu as diretrizes para a elaboração das atribuições e da composição da Câmara Setorial da Castanha do Brasil.

Considerando que a atuação da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB é estratégica para a eficácia da implementação do Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade, com ênfase nas ações de apoio à comercialização desses produtos, por meio da Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM e do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PAA.

RESOLVEM:

Art. 1º Fica criada a Câmara Setorial da Castanha do Brasil com as seguintes atribuições:

- I - Formulação, proposição e revisão de atividades do Plano Nacional da Castanha do Brasil;
- II - Planejamento, acompanhamento e avaliação da execução e do andamento do Plano Nacional e Estaduais;
- III - Definição de prioridades na implementação.

§ 1º A Câmara Setorial da Castanha do Brasil será coordenada pelo Grupo de Coordenação do Plano Nacional, instituído pela Portaria Interministerial N° 239, de 21 de julho de 2009.

§ 2º A Câmara Setorial da Castanha do Brasil terá a seguinte composição:

I – Representantes titulares e suplentes dos seguintes órgãos e entidades do Governo Federal:

Ministério do Meio Ambiente – MMA;

Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA;

Ministério do Desenvolvimento Social – MDS;

Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT;

Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB;

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA

Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.

II – Representantes titulares e suplentes dos Governos dos seguintes Estados:

- a) Acre – AC;
- b) Amapá - AP;
- c) Amazonas – AM;
- d) Mato Grosso – MT;
- e) Pará – PA;
- f) Rondônia – RO.

III – Representantes titular e suplente da Empresa Brasileira de Pecuária e Abastecimento – Embrapa representando a área de pesquisa.

IV – Representantes titulares e suplentes das seguintes associações representando o Setor Empresarial:

- a) Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação - ABIA;
- b) Associação Brasileira de Indústrias de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos – ABIHPEC;
- c) Associação Brasileira de Supermercados – ABRAS;

V - Representantes titulares e suplentes das seguintes instituições da Rede de Serviços:

- a) Banco da Amazônia - BASA;
- b) Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural - ASBRAER;
- c) Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE;
- d) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

VI – Representantes titulares e suplentes das cooperativas e associações de Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares indicados pelos Grupos de Trabalhos dos Estados enumerados no inciso II e, subsidiariamente, pelo Conselho Nacional dos Seringueiros - CNS.

VII - Representantes titulares e suplentes das seguintes organizações da agricultura Familiar, ambientais e indígenas:

- a) Conselho Nacional dos Seringueiros – CNS;
- b) Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG;
- c) Grupo de Trabalho Amazônico – GTA;
- d) Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB.

§ 3º A Câmara Setorial da Castanha do Brasil terá reuniões ordinárias a cada seis meses e extraordinárias, conforme convocação de seu coordenador.

§ 4º A Câmara Setorial reunir-se-á com a presença de pelo menos a metade mais um dos seus membros.

§ 5º O Coordenador poderá convidar para participar das reuniões, em seu nome ou por indicação dos integrantes da Câmara Setorial, personalidades, especialistas e outros representantes dos governos federal e estadual, da sociedade civil, do setor empresarial e de povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares, em função da matéria constante da pauta.

§ 6º A matéria a ser submetida à apreciação do Grupo de Trabalho, pode ser apresentada por qualquer um dos seus integrantes.

Art. 2º Os representantes de que trata o § 1º do art. 1º serão indicados pelos titulares dos órgãos e instituições e designados em portaria pelo Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário.

Art. 3º A participação dos membros do Grupo de Trabalho é considerada serviço público de natureza relevante, não remunerada.

Art. 4º O § 1º do Art. 3º da Portaria Interministerial nº 239 de 21 de julho de 2009 passa a vigorar acrescido do inciso IV com a seguinte redação:

“IV –“Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB”.

Art. 5º O Art. 3º da Portaria Interministerial nº 239 de 21 de julho de 2009, passa a vigorar acrescido do § 2º com a seguinte redação:

“§ 2º Caberá ao Coordenador do Grupo de Coordenação do Plano Nacional propor a criação, a composição e as atribuições da Câmara Setorial por a partir de deliberações do Grupo de Coordenação do Plano Nacional.”

Art. 6º Fica revogado o inciso III do Art. 3º da Portaria Interministerial nº 239 de 21 de julho de 2009.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUILHERME CASSEL

Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário

PATRUS ANANIAS

Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

CARLOS MINC

Ministro de Estado do Meio Ambiente

Nota Técnica para a Publicação da Portaria

NOTA TÉCNICA

Brasília – DF, 02 de setembro de 2009.

Assunto: Minuta de Portaria Interministerial que cria a Câmara Técnica Setorial da Castanha do Brasil e inclui a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) no Grupo de Coordenação do Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade.

O Plano Nacional de Promoção das Cadeias Produtivas da Sociobiodiversidade (PNPSB) é uma estratégia de grande relevância para conciliar o desenvolvimento econômico do País com a conservação do meio ambiente e a inclusão social e produtiva de povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares.

Seu objetivo geral é desenvolver ações integradas para a promoção e fortalecimento das cadeias de produtos da sociobiodiversidade, com agregação de valor e consolidação de mercados sustentáveis

Para a elaboração do plano foram realizados 07 Seminários Regionais e um Seminário Nacional abrangendo os diversos biomas brasileiros, no sentido de colher subsídios e orientações, junto aos atores que compõem essas cadeias produtivas, tais como: governo nos diversos níveis, academia e sociedade civil – comunitários e empresários.

O PNPSB foi lançado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 27 de abril de 2009 na cidade de Manaus, junto ao público beneficiado, os Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares - PCTAFS.

No dia 22 de julho de 2009 foi publicada no Diário Oficial da União a Portaria Interministerial nº 239, de 21 de julho de 2009, que implementa o Plano Nacional da Sociobiodiversidade e estabelece sua estrutura de coordenação, formada pelos Ministérios de Desenvolvimento Agrário (MDA), Meio Ambiente (MMA) e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Durante o processo de consultas realizadas aos diversos segmentos sociais interessados nos produtos da Sociobiodiversidade foram definidas cadeias prioritárias por bioma. Nos dois anos iniciais do Plano, 2009 e 2010, foram priorizadas duas cadeias nacionais em virtude de sua relevância socioeconômica e ambiental: a Castanha-do-Brasil e do Babaçu que beneficiam cerca de 500 mil famílias e geram, anualmente, ao redor de R\$ 160 milhões.

Entre os dias 15 a 17 de junho de 2009 a coordenação do Plano Nacional realizou em Brasília o Workshop da Castanha do Brasil – uma das cadeias prioritárias - que estabeleceu as diretrizes para a criação, composição e atribuições da Câmara Setorial da Castanha do Brasil.

A Câmara Setorial terá caráter consultivo e será formada por representantes do Governo Federal, dos Governos Estaduais, da área de pesquisa, do setor empresarial, da rede de serviços, das cooperativas e associações de Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares e das organizações da agricultura familiar, ambientais e indígenas.

Durante a construção e nos estágios iniciais de implementação do Plano Nacional, observou-se que a participação da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB – no

Grupo de Coordenação do Plano é estratégica para a eficácia do mesmo, visto que a CONAB é o orgão gestor de políticas e programas importantes para comercialização dos produtos da sociobiodiversidade.

Sendo assim, a minuta de portaria em tela, elaborada em conjunto pelo Grupo de Coordenação do Plano Nacional da Sociobiodiversidade, tem como finalidade a criação da Câmara Setorial da Castanha do Brasil e a inclusão da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB – no referido Grupo de Coordenação.

Diante do exposto, entende-se que a minuta de portaria em tela está apta a ser apreciada pelas Consultorias Jurídicas dos três ministérios e aos encaminhamentos necessários posteriores.

Roberta Marins de Sá

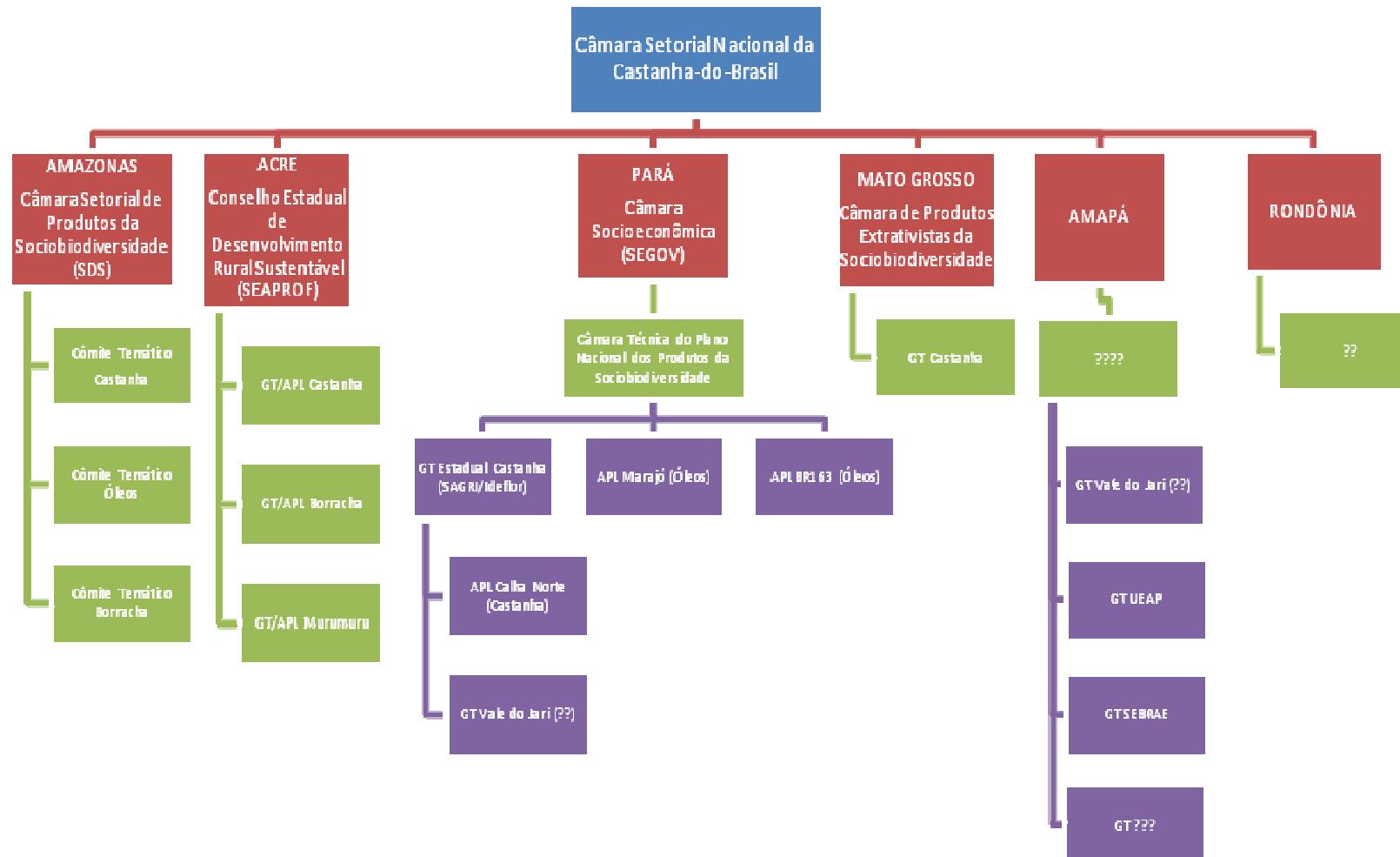
Consultora – Secretaria Executiva do Plano Nacional da Sociobiodiversidade - SAF/MDA

De acordo, encaminhe-se a CJ/CGPCLC/SAF para providências necessárias

Arnoldo Anacleto de Campos

Diretor do Departamento de Financiamento e Proteção da Produção

Proposta de Estrutura de Gestão da Câmara Setorial da Cadeia da Castanha - em discussão



Diálogo com Setor Empresarial – Proposta de Seminário

**Encontro MDA e empresas associadas da ABIA promovendo
A Sociobiodiversidade e a Indústria de Alimentos no Brasil**

Data: 29/10/2009

Horário: 09:30 – 12:00hs

Local: Sede da ABIA

Av.Brig. Faria Lima, 1.478 11º andar

INSCRIÇÕES GRATUITAS E LIMITADAS - Favor contatar o Departamento de Economia da ABIA, com Cleber – Telefone (11) 3030-1358 – e-mail: cleber@abia.org.br

1. Objetivo do encontro

Estabelecer um diálogo entre os elos das cadeias de produtos da sociobiodiversidade, apoiadas pelo Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB), com a Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação – ABIA, na organização de mercados sustentáveis para o setor extrativista.

2. Programação:

09:00 – 10:15

Cadeias de produtos da Sociobiodiversidade no Brasil: Panorama geral e a interface com o Setor Alimentício.

Claudia Maria Calório – Diretora de Extrativismo do Ministério do Meio Ambiente

Arnoldo de Campos - Diretor de Geração de Renda e Agregação Valor/Ministério do Desenvolvimento Agrário;

10:15 – 11:15

Tendências na indústria da alimentação relacionadas aos produtos da sociobiodiversidade - ABIA

“Case” de empresa associada.

11:15 – 12:00

- Discussão e encaminhamentos

12:00 – 13:30

- Almoço

14:00 – 16:30

- Visita as feiras Exposustentat e Biofach América Latina:

Exposustentat: <http://www.exposustentat.com.br/09-portinfo.htm>

Biofach América Latina: <http://www.biofach-americalatina.com.br/>